

# Teatro já é Teatro no XI

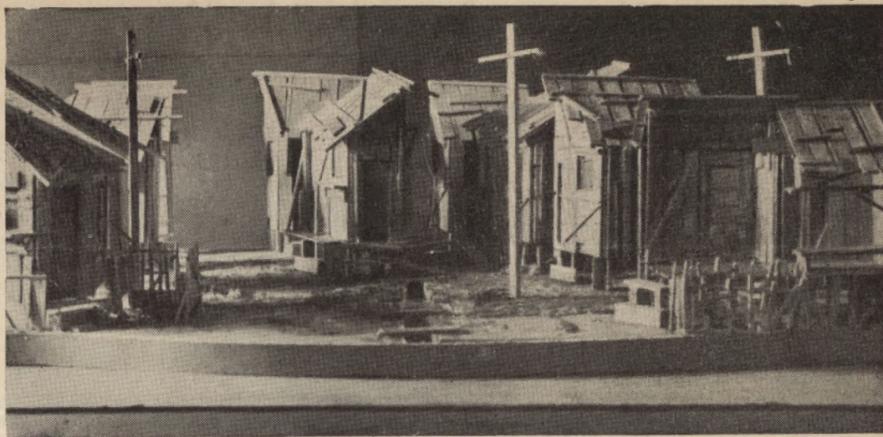
O estudante fala a voz do amanhã. Consideram-no estranho por isso.

E a palavra do estudante não tem um instrumental exclusivo, próprio, único. Serve-se de todos. E em todos dá o caráter de sua rebeldia. E inquietação. A atitude se concreta, após a análise do conjunto, de todo. Nessa participação necessária do estudante no processo de nossa realidade, o teatro possui já seu acervo. "OS BUSTOS", "DR. VITALICIO DE TAL, CATEDRÁTICO". Tudo que indica a mentalidade retrograda dos não pacíficos de nossas aspirações e o papel mais e mais intensificado que todos precisamos desempenhar. Quanto maior a reação, maior o dever de continuar na luta; e maior a certeza da vitória.

No Onze o TEATRO JÁ É TEATRO. Na teoria e na prática. O que urge executar, doravante, é a projeção do que passa a existir para depois. Do excessivamente provisório já cansamos. A contribuição à dramaturgia nacional impõe trabalho planejado. E trabalho duradouro e trabalho continuado: aqui entra a equipe; o mais de um, o mais de dois, de três. De mil. E o Teatro, que já é, continuará a SER... Vamos agir. Não só no teatro, mas nele também. Ele que também comunica, fala, sugere, indica, determina. E educa.

Não vamos nos preocupar tanto com o que já fizeram. Vamos nos dar para fazer. Fazer Teatro. O bom teatro. O grande teatro. O excelente teatro. O inquieto e nervoso teatro. O satírico teatro. O construtivo teatro. O de sempre teatro. O TEATRO UNIVERSITÁRIO

(Ler reportagem à pág. 13)



Este cenário de "O quarto do despêjo" que assistimos no ano passado, por iniciativa de um dos Partidos Acadêmicos, ganhou o 1.º prêmio de 1961.

## Cessa a greve na Faculdade com a anulação do concurso de Direito Romano

Sábado, o governador em exercício, desembargador Sylos Cintra, convocou em seu gabinete os jornalistas credenciados nos Campos Elísios, a fim de dar a conhecer sua decisão relativamente ao recurso interposto pelo segundo colocado no concurso para provimento da cátedra de Direito Romano, da Faculdade de Direito da USP, ao qual deu acolhimento. Após acentuar que julgara a matéria como magistrado e não como chefe do Executivo, o desembargador Sylos Cintra entregou aos jornalistas cópia de sua decisão, baseada nos seguintes termos:

1) José Carlos Moreira Alves, tendo participado do concurso para a Cátedra de Direito Romano da Faculdade de Direito de S. Paulo, realizado no período de 16 às 23 de setembro de 1961, recorreu para o Conselho Universitário da aprovação das conclusões da Comissão Examinadora.

2) Acolhido por 14 votos contra 5 o parecer da Comissão de Legislação e Recurso favorável à manutenção do julgamento da Comissão Examinadora, que fora considerado aprovado por falta de "quorum" na reunião da Congregação da Faculdade de Direito, da decisão do Conselho Universitário interpõe o interessado recurso para o governador do Estado, nos termos da legislação em vigor.

3) As alegações de preterição de formalidades essenciais em que se baseou, de início, o recorrente para postular a anulação do concurso foram as seguintes: a) adiantamento das provas por período superior aos oito dias permitidos no regulamento; b) substituição das listas dos pontos da prova escrita, depois de publicados; c) arguição de teses por período superior aos 30 minutos fixados no regulamento; d) início da prova didática antes de decorrido os 2 dias de intervalo, que deve mediar entre o início e o término da arguição das teses.

4) Em aditamento de suas razões do recurso, invocou o recorrente, perante o Conselho Universitário, a ilicitude na composição da Comissão Examinadora por haver recaído a indicação de dois de seus membros em nomes de professores da especial predileção do genitor de um dos candidatos, (Conclui na última página)

# O XI DE AGOSTO

Órgão Oficial do C. A. XI de Agosto

Diretor: Pedro Luiz Ricardo Gagliardi

Secretário: Seiti Shirasaka

Redator: Hélio Henrique P. Navarro

E. 62

Julho de 1962

Num. 2

## PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA

O movimento da reforma que empolga nossas universidades é a prova da maturidade e espírito de iniciativa da juventude que estabelecem flagrante contraste com a omissão e o desinteresse dos verdadeiros responsáveis pela calamitosa situação educacional do País

LEIA NA PÁGINA 3 ARTIGO  
SOBRE A  
REFORMA UNIVERSITÁRIA

### Cursos de 1962 do "Centro Acadêmico XI de Agosto"

O "Centro Acadêmico XI de Agosto", por intermédio do seu Departamento de Cursos, teve a grata satisfação de inaugurar no dia 21 de maio do corrente ano, o presente Curso de Inglês, com a estreita colaboração do Instituto de Idiomas Yazigi, o qual ficará a cargo da parte técnica. Estiveram presentes à solenidade de abertura do curso, o Ex. Sr. Dr. Amaury Moraes de Maria, Diretor do Departamento de Relações Públicas do Yazigi; Ex. Sr. Dr. Itamar Heraclo Goes Silva DD, diretor do Yazigi; Leo Pastori, Presidente do "Centro Acadêmico XI de Agosto"; Paulo E. F. Sambiase, Diretor do Departamento de Cursos.

Aproveitamos também a oportunidade para enumerarmos os diversos cursos oferecidos aos acadêmicos de direito da U. S. P., promovidos pelo Departamento de Cursos do "XI":

1. Curso de Alemão, ministrado em uma das salas de aula da Faculdade pelo Prof. Pedro Potiguara.
2. Bolsas de Estudo de Inglês, a Título gratuito, na União Cultural Brasil-Estados Unidos.
3. Bolsas de Estudos de Francês, com 50% de desconto nas mensalidades na Aliança Francêsa.
4. Bolsas de Estudo de Datilografia, com 50% de Desconto nas mensalidades na Escola de Datilografia "ROYAL".
5. O presente curso de Inglês, ministrado pelo



Flagrantes da aula inaugural do curso de Inglês

prof. Philip Barsanti, em uma das salas de aula da Faculdade.

Desta forma congratulamos com todas as entidades que com a sua valiosa colaboração tornam possíveis estas nossas promoções, e, com todos os Acadêmicos, que prestigiam com sua presença, o normal funcionamento destes Cursos.



A greve nacional levou os universitários ao povo e o povo aos problemas acadêmicos. Na foto, aspecto do espetáculo teatral levado a efeito, pelos universitários, na Praça da Sé.

# Da Instabilidade Política na América Latina

Muitas são as causas da instabilidade política existente na América Latina. Certos estamos de que na estrutura social e na ação do imperialismo acham-se encaixadas as raízes desse grave problema, comportando a primeira um esquema organizatório em que algumas camadas se locupletam com o domínio econômico e financeiro da terra e do comércio em países de economia deficiente, fornecedores de matérias-primas e produtos primários.

De outro lado observamos que com a expansão do imperialismo esses países tiveram de se submeter a um relacionamento econômico-financeiro internacional que veio prejudicar necessariamente as possibilidades de seu desenvolvimento, limitando-se na dependência de fatores externos, sobre os quais nenhum controle exerciam. Alguns desses fatores são por exemplo: o preço de seus produtos nos mercados; a quantidade e orientação dos investimentos recebidos; a natureza e a condição dos empréstimos, a escassez dos conhecimentos científicos e técnicos. Tal clima de domínio econômico e financeiro colonial, veio favorecer as

camadas dominantes, latifundiários e burguesia mercantil que assim podiam viver e prosperar. Opostamente, a massa em geral da população estava condenada ao trabalho em condições de atraso social e técnico.

Contra esse estado de coisas as repúblicas latino-americanas tem procurado lutar e com isso buscam adquirir condições econômicas e sociais para a vigência de instituições políticas estáveis. A instabilidade, é bom que se lembre, não é exclusiva da América Latina; algumas características podem no ser.

Por outro lado temos ciência de que as instituições políticas não são eternas. Evoluem sempre, e não apenas na América Latina elas se acham sujeitas a pressões e forças de natureza extra-constitucional.

A atual república na França, é obra imediata do exército francês que luta na Argélia; o mundo atual vive cheio de golpes de Estado e de revoluções. Em diversos países observa-se o recesso nas formas democráticas-representativas. Tudo isso nos leva a afirmar que, hoje em dia, a instabilidade que se verifica constitui a regra, e não a exceção.

Frank Tannembaum observa que a exceção possívelmente de Costa Rica e do Uruguai, nos demais países latino-americanos, inclusive o Brasil, "a capacidade de sobrevivência do governo até o termo do mandato presidencial e as perspectivas de transferir em paz os poderes à nova administração são determinados pela boa vontade das Forças Armadas em sustentar o presidente". Não há, em verdade, outro sustentáculo efetivo para o governo. Essa característica é latino-americana, mas não exclusivamente nossa; pertence, também, essa característica à vida política de Estados afro-asiáticos. São todos eles Estados atrasados, social e economicamente considerados.

É muito difícil que as Forças Armadas não exerçam, de um modo ou de outro, influência sobre decisões políticas.

Na América Latina e em outros países afro-asiáticos temos sentido sua atuação: depõem e conduzem ao poder governos e presidentes. Observe-se por exemplo a recente crise Argentina.

Esta ação ocasiona uma grande falha no sistema democrático. Atualmente, é muito comum ouvirmos dizer: a democracia está consolidada neste país. Afirmação, sem dúvida, perigosa, de um otimismo exagerado faz desviar nossa atenção do sistema representativo. A multiplicidade dos partidos, bem como a ausência de uma estrutura em base ideológica

é evidente, e, isto, faz com que os mesmos vivam em constante crise. A capacidade representativa dos partidos, por sua vez, não depende apenas de reformas legais ou estatutárias; depende, na verdade, da aptidão que tem os partidos de liderar problemas e reivindicações que o povo vive e sente.

No Brasil, a mesma área programática e ideológica é trabalhada e representada por numerosos partidos. No fundo não apresentam diferenças, pois sustentam os mesmos fundamentos da sociedade que apoiam e a que servem.

O proporcionalismo, a aliança de legendas possibilita-lhes uma representatividade que não traz contribuição importante alguma para as opções de fundo.

Urge consolidar, pelo anelamento adequado, pela correção dos defeitos, nosso sistema representativo para que corresponda a esta grande tarefa.

Efetivá-la sem os abalos típicos da instabilidade latino-americana seria demonstrar amadurecimento político do mais amplo grau.

De grande importância é, sem dúvida, lutar por esse objetivo, pois a instabilidade política latino-americana colabora decisivamente para que nossos países não sejam levados muito a sério, colocando-nos em situação de extrema inferioridade perante as nações livres.

OSCARLINO MARÇAL

## O CONCEITO DE INFLAÇÃO

O termo inflação, embora designe um fenômeno econômico muito antigo, só se tornou amplamente usado depois da I Guerra Mundial. Após essa guerra, aumentou o número de países atacados pelo mal inflacionário e, conseqüentemente, cresceu em extensão e profundidade o estudo de suas causas e conseqüências. Podemos mesmo dizer que a inflação constitui hoje um dos capítulos mais importantes da Economia. Com esse progresso científico, alastrando-se o uso daquele termo, acentuou-se a necessidade de se lhe delimitar claramente o conteúdo. Assim, surgiram inúmeras definições de inflação, fundadas nas várias teorias econômicas.

Podemos dizer que, basicamente, três são os tipos de definições de inflação. As definições (1) baseadas na teoria quantitativa, as (2) que confundem inflação com alta de preços e as (3) que levam em conta a relação oferta-procura, segundo a teoria do rendimento e a teoria psicológica.

As definições do primeiro grupo identificam inflação com aumento da circulação monetária, quando permanece invariável a soma de produtos negociáveis. Procuram explicar o fenômeno tomando por base apenas a quantidade de moeda emitida. Uma famosa frase resume bem o conceito quantitativo de inflação: "Inflação é excesso de dinheiro e créditos bancários — isto é, excesso de disponibilidades monetárias em relação ao volume dos negócios realizados". (Edwin Walter Kemmerer "The ABC of Inflation", pg 6, McGraw-Hill Book Company, New York, 1942).

As definições quantitativas, bem como a teoria que as inspira, estão superadas. Não se pode negar a influência das oscilações da circulação monetária sobre o fenômeno inflacionário. Todavia, essas oscilações constituem apenas uma das causas daquele fenômeno.

Para alguns autores, inflação é o termo próprio para indicar alta de preços. "Inflação é o processo da alta geral de preços". (M. Flamant, "Théorie de l'Inflation", pg. 20, libr. Dalloz, Paris, 1952). Essa posição nos parece absolutamente indefensável, pois consideramos a alta de preços uma conseqüência da inflação ou, quando muito um fenômeno que geralmente a acompanha; consideramo-la, em suma, um elemento acidental, não essencial, da inflação e, como tal, incapaz de defini-la.

A terceira posição acima apontada é aquela em que se coloca a maior parte dos autores hodiernos. Segundo os conceitos que aqui se enquadram, alta de preços e aumento da circulação monetária não definem a inflação. Sem dúvida, esses elementos integram o fenômeno, mas o que realmente importa é a procura em face da oferta. Ora, o simples aumento da moeda não gerará, necessariamente, o crescimento da procura. Para que a procura se eleve, será necessário que o aumento da moeda, gerando rendimentos mais altos, encontre nos beneficiados por esses aumentos o desejo de usar esses acréscimos na compra de bens. Em tais circunstâncias, elevando-se a procura destes e permanecendo inelástica a oferta, há de ocorrer um aumento de preços. Esse aumento de preços elevará o rendimento de outros grupos que poderão tender a consumir mais e, desta forma, incrementar a procura. A rigidez da oferta imporá nova alta de preços e, assim, o processo se torna acumulativo. Fácil é compreender que a amplitude da inflação depende da posição sob a qual os sujeitos econômicos encaram o aumento de seus rendimentos.

Podemos, portanto, de modo rápido, mas correto, definir a inflação, como sendo *excesso de procura sobre a oferta*.

Antonio Fernando Costeira.

## RESTAURAÇÃO DO RESTAURANTE

Voltamos, novamente, ao assunto do Restaurante, só que, desta vez, mais esperançosos. Felizmente, nosso apelo vem sendo compreendido pelo comércio paulista, numa prova incomum de solidariedade humana. Enviaremos, como já é do conhecimento de todos, cerca de 800 ofícios aos sindicatos, atacadistas, órgãos estaduais e federais solicitando cotas gratuitas (mensalmente) de gêneros e mantimentos para o Restaurante. Por ora, o que se pode adiantar é o seguinte:

1 — Já processamos o pagamento de grande parte das dívidas passadas que vinham desde julho e agosto de 1961. Restam-nos pagar o pão e a carne dos meses de março e abril.

2 — Estamos "quites" com nossos funcionários pagando-lhes os meses de fevereiro, março e abril.

3 — Higienização da cozinha. Nesta semana deverão chegar 30 aventais brancos, gratuitos, cuja troca, pelos funcionários, se efetuará de 2 em 2 dias. Ao mesmo tempo, vale acrescentar as medidas já anunciadas no número passado deste Jornal.

4 — Dispensamos 2 funcionários trazendo, conseqüentemente, a economia de Cr\$ 374.592,00, por ano.

5 — Conseguimos 35 lâmpadas gratuitamente para melhor iluminação do Restaurante. As lâmpadas (queimadas) não eram trocadas há mais de um ano.

6 — Troca de encanamento do fogão (era 3/4") para 1",

oferecendo mais gás, trazendo como conseqüência, melhor refeição e maior rapidez na sua distribuição. Foi feita também limpeza no mesmo, o que não se fazia há 2 anos.

7 — Conserto gratuito da geladeira (quebrada há 2 anos). Só aí economizamos 12 mil cruzeiros.

8 — Recebemos ofício da Multividro. Pedimos 7 dúzias de copos de vidro: deram 50 dúzias.

9 — Foram eliminadas as refeições gratuitas. Há raríssimas exceções, atualmente. Antes, diariamente, entre 15 a 30 pessoas, em cada período, ceavam de graça. Hoje (atesta o livro ao lado da caixa) somente 7, sendo 6 funcionários e 1 aluno, gozam desta concessão.

10 — Já conseguimos cotas gratuitas (mensalmente) de groselha, peixe, sal, vassouras e escovas, mólho apimentado, copos, sabão e detergentes, inseticidas, esponjas de arear, óleo, etc....

10 — O café do IBC (100 kg), que vinha mensalmente, passou a ser distribuído semanalmente, em parcelas de 25 kg, evitando, assim, que o mesmo se deteriorasse.

12 — Houve troca de fornecedor de carne. Todos são unânimes em proclamar a maciez e qualidade dela.

Contudo, ainda não estamos satisfeitos. A nossa promessa do ano passado foi a de recuperação total do XI. Muitas coisas, garantimos, já foram feitas. Muito além do que pode imaginar o colega. Os frutos estão sendo colhidos diariamente. Vamos melhorar tudo evidentemente dando tempo ao tempo. Afirmamos, no Relatório do Restaurante, que iríamos solucionar o problema, definitivamente. Caminhamos, tenha a certeza, para esta posição. Muito temos feito. E, para a felicidade de todos, com sucesso.

Finalmente, a palavra de agradecimento aos colegas Saul Franca Jr., Rubens Rizek, Antonio Carlos Rocha, Claudete Moreira, Manoel Nelson, José e Eduardo Bastos, Wilson Marques e outros, pela espontaneidade com que se ofereceram em auxiliar o XI.

São Paulo, 30 de abril de 1962.

Miguelson D. Isaac

# Da Aliança Operário-Estudantil

Embora o termo já esteja suficientemente gasto e deturpado pela reação, somos dos que creem na chamada "Aliança Operário-Estudantil".

É evidente, público e notório, que a política dessa Casa, vem sendo à longa data, visceralmente contra os interesses da grande classe proletária de São Paulo em especial, e do Brasil de um modo geral. É fora de dúvidas que essa desconfiança que o trabalhador paulista nutre pela classe estudantil é procedente. Aqui lembramos o ano passado, quando da greve da Aimoré. Como foi solicitada a nossa presença. Como se apelou para os estudantes e principalmente aos de São Francisco. Como acreditavam no nosso apoio Vieram até nós. Bateram à nossa porta. Diante de tudo isso, que fizemos? Omitimos, omitimo-nos de uma causa justa e crida, simplesmente por comodismo, egoísmo ou covardia. E por que? pergunto. Talvez, porque, achássemos que aqueles operários que há mais de cem dias não trabalhavam, cansados que estavam de sofrer na pele as injustiças de um regime, esgotados em sua paciência e resignação, representassem ideologias subversivas e perigosas que fôs-

sem eles agentes a soldo de Moscou, como diz o Julinho Mesquita, que passassem fome somente para enganar os incautos e menos avisados?

Ora, meus senhores, sejam racionais. Não procuraremos imputar perspicácia onde só existe covardia. Não procuremos marcar com o símbolo da democracia uma atitude que é antes de tudo antipatriótica.

Como queremos nós que haja maior entendimento entre os estudantes e a massa trabalhadora, se infelizmente ainda constatamos fatos lamentáveis como daquela noite de quinta-feira, quando trabalhadores sujos, cansados e mal vestidos que vieram para cá com o fito de assistir a inauguração do UNITRA e participar do debate "MARXISMO-CRISTIANISMO" foram tratados de forma indecorosa por colegas nossos como "claque" de baderneiros, sem saber eles (os pretensos colegas) que os que gritavam lá fora, sem coragem de entrar e discutir, é que mereciam tal referência.

Graças a tais elementos, chega-se a pensar que ainda vivemos tempos de aristocracia e que a simples presença de homens sujos e suados pelo suor do trabalho honesto de suas

mãos, os incomodasse. Como se a nossa Escola pertencesse a uma oligarquia, à uma elite de menininhos bonitos e garotas bem vestidas que vêem na mesma o prolongamento de sua vida social do Harmonia ou do Paulistano.

Não, colegas, isto já é demais, é intolerável. Que se separe o

jóio do trigo. Ou se faz política dentro dessa Casa em termos adultos, com vistas voltadas para o promissor e inelutável futuro do Brasil ou então se continua a dar festinhas, pagar cafézinhos, distribuir risinhos e levar essa Escola muitos furos abaixo da posição que honestamente se poderia esperar...

Ao M. M. D. C., símbolo de sacrifício, de luta, e de idealismo,

A HOMENAGEM DE  
CARROCERIAS FERRARI S. A.

Rendemos as nossas homenagens ao 9 de Julho efemeride que marcou a mais bela passagem de heroísmo inscrita com sangue na história de São Paulo.

HOMENAGEM DE  
JOÃO AGUIAR S. A.

ANTONIO BRANDILEONE

ADVOGADO

RUA SÃO BENTO, 83 - 3.º  
S/ 303/4 - Fone: 35-3357

PASCHOAL IMPERATRIZ

ADVOGADO

RUA 15 DE NOVEMBRO, 200  
4º andar - Sala 10 a 13  
Fone: 32-4340

F. BICALHO VEIGA

ADVOGADO

Largo da Misericórdia, 23 - 6º  
S/604 - Fones: 32-7657 e 32-9344

WINTHER MYLTHON

SCALAMANDRÉ

ADVOGADO

RUA JOÃO BRICOLA, 46  
8º andar  
Fones: 33-3886 e 35-6889

# O GRANDE ESQUECIDO

Governos deveriam existir que houvessem por bem voltar os olhos para a condição miserável de nossos trabalhadores rurais. País "essencialmente agrícola" e do "plantando-se dá", o Brasil poderia ser, incontestavelmente, muito mais do que é hoje, alcançando até uma posição invejável perante as grandes potências do mundo ocidental, não fôra tão olvidado o nosso pobre "homem de pé no chão". Os contrastes são gritantes. De um lado, o trabalhador urbano, das grandes indústrias, protegido por uma série enorme de dispositivos, armadura invulnerável que é a Consolidação das Leis do Trabalho e, de outro, os trabalhadores da roça, reduzidos a verdadeiro cativo branco, espoliados em sua maioria pelos nababos latifundiários. Salário mínimo, segurança de trabalho, jornada de 8 horas, descanso remunerado, horas extras, férias, entre tantos outros, são os privilégios de que gozam os primeiros e o direito de não ter privilégios é o maior privilégio dos segundos. Em tempo algum houve leis que positivamente beneficiassem estes pobres homens. Somente em 1903 lhes concederam o "direito" de sindicalização, porém, por ausência de interesse dos "donos da agricultura" não foi levada à frente a sindicalização rural.

Convém salientar que na Consolidação das Leis do Trabalho, os agricultores foram criminosamente esquecidos. Aliás, no ofício em que a comissão encarregada de estudar a C.L.T.

dava seu parecer, relata ao Presidente da República que não enquadrava o trabalhador do campo, por desconhecer as condições desses brasileiros. Em 1945 surgiu o Dec.-Lei n.º 7449, de 9 de abril, que dispunha sobre a organização da vida rural, mais tarde modificado pelo Dec.-Lei n.º 8127, de 24 de outubro. Tal regulamento criara então a Associação Rural, a Federação das Associações Rurais e a Confederação Rural Brasileira. Mais uma vez, nestas associações rurais assim organizadas, foram vítimas da omissão criminosa, os camponeses assalariados. A associação rural destinava-se então à defesa dos interesses patronais, do dono das terras e das ferramentas, dos grandes latifundiários, enfim. Órgão patronal que se tornou, pelo menos na prática, só defendeu os interesses econômicos e da produção e nunca se preocupou com a posição do homem assalariado ou empregado na zona agrícola. Das mais relevantes conquistas alcançadas pelos trabalhadores foi a Previdência Social, embora entre nós funcione ainda precariamente. Outra vez aí foi preterido o nosso homem do campo. Senão vejamos. A Lei Orgânica da Previdência Social, em seu artigo 166 e pelo artigo 518 de sua regulamentação, determinou que dentro de um ano, após sua provação deveria ser nomeada uma comissão para tratar da Previdência do trabalhador rural. Até hoje, porém, nada se fez.

O Serviço Social Rural foi criado com o fim espe-

**"O XI DE AGOSTO"**  
ÓRGÃO OFICIAL DO C. A. XI DE AGOSTO  
**EQUIPE 62**  
Presidente: Leo Pastori

☆

**EXPEDIENTE**

DIRETOR: PEDRO LUIZ RICARDO GAGLIARDI  
REDATOR: HÉLIO HENRIQUE PEREIRA NAVARRO  
SECRETÁRIO: SEITI SHIRASAKA  
PAGINAÇÃO: ARMANDO LUIZ DE PAULA LEITE  
REVISÃO: MARLENE MARCONDES  
COLABORADORES: FERES SABINO  
RUI FLÁVIO GUIAO  
RAUL ROBERTO SOARES DE MELLO  
TÉRCIO SAMPAIO FERRAZ JR.  
MARCO AURÉLIO CATANI  
NOBUO KIHARA  
WALDEMAR ALVES DOS SANTOS  
ANTÔNIO RULLI JÚNIOR  
JOSÉ ALVINO LIMA  
NELSON JOSÉ TORRES  
ALVARO TAIAR

☆

NOTA: "Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. Nós publicamos mesmo os que divergirem de nosso modo de pensar para que todas tendências da Faculdade se manifestem através do nosso jornal que é o veículo oficial de nossas idéias".

cífico de atender os anseios dos "caipiras", entretanto, ainda não fez chegar até eles os seus benefícios.

Eis aí, pois, o panorama da fome que impele o êxodo da população rural para os centros industriais. Vítima de uma injustiça social, da insânia de nossos homens públicos, o homem do campo sofre só e resignado a sua miséria.

Lutar por uma reforma agrária é um dever comum, pois, só assim teríamos uma solução para um Brasil mais igual, onde irmãos nossos se libertariam dos

grilhões da escravidão branca, que tanto avilta a personalidade humana.

Continue o atual estado de coisas, continue a convicção e apatia de nossos homens públicos e veremos, num futuro bem próximo, o dia em que a nossa Carta Magna será rasgada para que se faça valor o direito da força sobre a força do direito, numa tentativa derradeira para fazer vigorar aquele seu mais nobre, porém, tão olvidado princípio "TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI".

Manoel Raphael Aranha Peixe

# NACIONALISMO

ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL  
JORNAL UNIVERSITÁRIOS

Nacionalismo é um conceito que se exercita numa dupla órbita e apenas se corporifica pela consecução de seus dois aspectos: primeiro, no campo internacional, entenda-se por nacionalismo a luta que visa impedir a dominação de uns povos sobre outros; depois, em acepção infra-fronteiras, significa o movimento organizado e consciente que impede a exploração de uns cidadãos por outros, possibilitando a realização plena de todos e de toda a sua capacidade de trabalho.

Vimos que esse movimento deve ser consciente porque apenas sendo consciente pode levar a alguma finalidade pré-estabelecida, já que as campanhas improvisadas carecem de consciência teleológica e são por isso incapazes de proporcionar um progresso real e irreversível.

Quando se medita sobre a forma de se tornar consciente nosso proletariado, a ponto de não permitir a própria exploração, surge o problema de sabermos quais serão os agentes de cujo proselitismo derivará a obra de consciencialização dos trabalhadores. Nota-se para logo que os promotores de tal missão devem conviver com os grandes estudiosos do país para que possam neles aurir as bases racionais e conseqüentes das postulações que, transmitindo ao operariado, o fará erguer-se unificado e pleitear como um todo, uníssonamente, a participação que a equidade lhe confere no produto social.

Aqui notamos que os estudantes universitários são o elemento humano ideal para dar às classes laboriosas a mentalidade adequada para fazerem reivindicações organizadas. E tem os universitários essa qualidade tanto por viverem num ambiente de estudos e de leitura, como também porque muitos acadêmicos são integrantes das camadas baixas da população.

Foi para atender a esses reclamos que surgiu a Aliança Operário-Estudantil que há de se constituir na viga mestra dos sindicatos na sua tarefa de educar e informar para formar.

O universitário irá aos sindicatos e portas de fábricas levar mensagens libertárias aos que alienam sua força de trabalho; mas é insuficiente ficarmos apenas em palavras. Precisamos também algo escrito porque no papel temos a argumentação constante, o raciocínio perene montado à disposição do leitor onde se pode ler e reler tantas vezes quantas forem necessárias para fazer evoluir para melhor idéia.

O nosso movimento requer constância e como "verba volant, scripta manent" ressalta-se ainda mais que é imprescindível a feitura de órgãos impressos que tenham, na medida do possível, a atualidade que as fazem apontar soluções quase simultaneamente as necessidades surgidas.

Uma necessidade não pode esperar muito tempo para sua satisfação, sob pena de criar um clima de instabilidade social. Os livros não são obras rapiaas de serem compostas e por isso não se prestam a tal serviço. Os panfletos não têm responsabilidade nem personalidade suficientes para se fazerem acreditar pela generalidade das pessoas. Requer-se algo que se possa confeccionar facilmente e que tenha também conseguido respeito pela sua conduta anterior e tenha mostrado sua personalidade pelas suas publicações progressas.

Ao tecermos essas considerações e desenvolvermos esses pensamentos, sentimos perfeitamente a responsabilidade que nos cabe nessa tarefa.

Um jornal universitário cumpre garbosamente todas estas exigências. Nada lhe é mais autêntico nesse mister.

Por isso nos propomos fazer, em todo número, a partir deste, alguma coisa sobre a Aliança Operário-Estudantil, porque acreditamos no futuro de nossa terra.

Creemos no seu futuro e somos coerentes: nacionalismo em todas as suas implicações. Nosso jornal é distribuído nos sindicatos e somos nós próprios que o levamos porque precisamos saber o que é que faz bater o coração de nosso povo.

Nacionalismo requer consciência dos trabalhadores; consciência dos trabalhadores completa-se e aperfeiçoa-se com jornais universitários bem orientados. Por isso fazemos jornal universitário,

no XI de Agosto,  
para o Brasil.

Pedro Luiz Ricardo Gagliardi

# REFORMA UNIVERSITÁRIA

Vibramos com o ardor próprio dos acadêmicos de Direito da "Velha e Sempre Nova", ao deflagarmos a Greve de Direito Romano.

Esta é uma Revolta da Justiça contra o Direito contra o Direito Interesseiro e camuflado.

Mas nossa manifestação tem objetivo mais amplo. Exigimos uma R. U.

O caso de Romano é apenas uma decorrência da estrutura arcaica, mumificada e anti-democrática de nossa universidade. Sabemos que é preciso eliminar as causas, as máquinas que fabricam as panelas que legalizam os "casos romanos", senão todo este nosso gigantes Arcadas é a solução desperada de jovens esperançosos. É necessário, porém, superarmos tesco esforço será baldado.

A R. U. é o Slogam do dia a fase dos slogans partindo para o estudo consciente e concreto da R. U. Para incentivo nosso, podemos contar com muita coisa objetiva e real já pronta.

Dois seminários de R. U., sem dúvida os mais sérios encontros estudantis havidos, já se realizaram, o 1.º há um ano em Salvador e o 2.º em Curitiba há 2 meses. Dezenas e até centenas de teses foram elaboradas por estudantes, técnicos e professores. Desses seminários resultaram as duas Cartas de R. U.

A Carta da Bahia é uma fonte de idéias esclarecedoras do papel sócio-político econômico da Universidade na Realidade Brasileira, sua crítica, seus fins, e sugestões para a

Reforma Universitária. A Carta de Curitiba trata da R. U. mais concretamente com planos táticos e posições definidas.

**GREVE NACIONAL PRO' R.U.**  
Eis o despertar das consciências:

Estamos em greve Nacional, greve justa e plausível. Reivindicamos a nossa verdadeira representação no C.T.A., na Congregação e no Conselho Universitário. Este é sem dúvida, o primeiro passo para toda e qualquer Reformulação da Universidade. Caso contrário, continuaremos neste regime anti-democrático e ditatorial, vítimas dos interesses professorais conservadores do "status quo" universitário, tão alienado da realidade brasileira.

Aqui se inicia o fim de um sistema. Vivemos a data que marcará a História da Revolução Brasileira. Revolução pacífica pela conscientização do povo e do universitário para exigência daque a que fazemos jus.

Exigimos a democratização da Universidade; postulamos uma representação real e atuante. Nesta participação, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 78, não pretendemos nada de arbitrário, nada de infantil ou voluntarioso. A presença de representantes do corpo discente nas congregações das faculdades e nos conselhos universitários estabelecerá um verdadeiro diálogo criador, determinando a interferência dos estudantes como parcela esclarecida do povo em colaboração mútua sincera e construtiva.

Esta participação efetiva encontra o apoio do atual Presidente da República do Ministro de Educação, do Ministro das Relações Exteriores de centenas de catedráticos e autoridades do país; sendo concedida na proporção de um terço (1/3) em vários Estados da Federação: como Goiás, Rio Grande do Norte, e nas Universidades Católicas da Bahia, de Belo Horizonte, e recentemente em São Paulo.

Já em 1918, em Córdoba, os universitários exigiam o "direito de exteriorizar o pensamento próprio dos corpos universitários por meio de seus representantes". Lutavam pela integração da Universidade na Sociedade.

Sabe-se que o Vice-Reitor da Universidade de Goiás é um estudante; no entanto, esta Universidade é administrativamente a mais atualizada no Brasil.

Faz-se necessário o esforço comum de todos: mestres e alunos, empenhados na resolução dos problemas universitários.

A palavra de ordem é cooperação. Só assim podemos, pouco a pouco, formar aquilo que a universidade deve ter: O Senso Comunitário e o que ela deve ser: uma comunidade de mestres e alunos.

Acusamos a atual estrutura universitária porque intenta contra os direitos do povo; porque rouba e trai este mesmo povo que a mantém e para o qual foi criada.

Porque é um privilégio, bertram as estatísticas e os processos seletivos, que nada selecionam porque baseados em critérios extra-educacionais de

base econômica e social. Basta dizer que de 12,7 milhões de brasileiros em idade escolar apenas metade consegue matricular-se no curso primário a outra metade fica analfabeta. Apenas 1.076.201, (um milhão e 76 mil e duzentos e um) conseguem matrícula no curso médio e no ensino superior apenas 100.000 (cem mil) estavam matriculadas. Essa é a triste realidade contada em números pela estatística de 1959.

Porque a atual estrutura universitária é paternalista e duplamente anti-democrática: No seu aspecto interno: em razão dos privilégios abusivos dos professores com relação à Universidade: no seu aspecto externo porque não realiza sua missão social de servir o povo, alienando-se dele, fechando-se no seu egoísmo tão peculiar.

Porque falha, enfim, em sua missão Cultural, Educacional, Profissional e acima de tudo Social.

Lutamos ainda contra um Regime Administrativo, fascista condicionado sempre às convicções dos professores; contra um Método Docente arcaico e anti-pedagógico, sem aplicação prática nem pesquisa, com um falso conceito de Cultura caduca e alienada da realidade brasileira; caracterizando pelo anacrônico monólogo catedrático nas aulas enfadonhas, aulas que bem poderiam ser substituídas por um fanhoso fonógrafo; lutamos enfim contra um falso conceito de autoridade professoral paternalista e artificial porque a verdadeira autoridade adquirida por um esforço contínuo e atualizante. Bosco Araújo de Meneses

# Ângela Maria, Mineirinho ou o Brasil é um Gigante que Desperta

És a água,  
eu sou o deserto.  
Desfaço-me areia por tôdas as mãos  
e o teu sorriso não cessa de acariciar-me.

Eu sou a imortalidade  
que já morreu há muito tempo  
mas as horas que espero  
descaem dos teus cabelos  
cheios de ouro sonho.

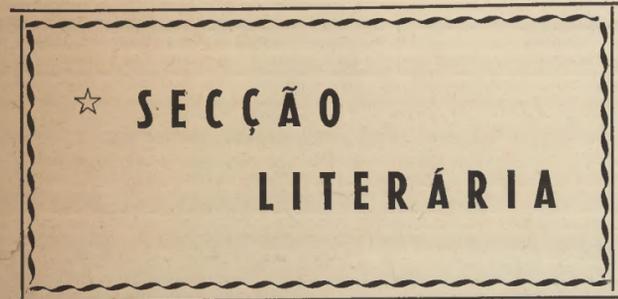
És um nascente de outono  
que assistes com pasmo e inocência  
o tempo caindo das árvores.

Eu sou a folha verde  
que se desprende da vida  
com a esperança rajada.

És a luz que alumia os abismos  
e eu sou a noite mais cega  
que Deus me deu.  
No caminho das nuvens  
o meu rosto se esconde  
e a tua mocidade resplandece.

Eu sou o verso que choro  
tu és a taça que se derrama  
das lágrimas que te ofereço.

Tércio Sampaio Ferraz Jr.



## A LUZ DO 1.º ASTRO

Sob a luz do primeiro astro  
descobri tua presença,  
adivinei tua voz,  
respondi teu chamado,  
perguntei por teu nome...  
Enviei-te a luz do segundo astro.  
Mandaste-me tua sombra,  
procurei teus olhos entre a luz,  
procurei teus lábios  
entre os raios das trevas.  
Enviei-te a luz do terceiro astro,  
sòmente eu vi o teu halo prateado,  
teus cabelos infinitos tocando a eternidade...  
Enviei-te a luz de mais um astro  
e criei tuas mãos entre os raios de estrélas,  
rezei em teu rosário  
e morri em tua ausência  
à luz de um último astro que eu mandei.

José Carlos Dias

Ontem mataram Ângela Bo-  
neca...  
Prá dizer verdade não foi  
exatamente ontem mas a  
frase sôa bem e fica por aí  
mesmo.

Um tiro na bôca.  
Polícia depois a encontrou no  
clássico "decúbito" sôbre o lei-  
to e concluiu que fôra assas-  
sinada.

Mais ainda: que o móvel do  
crime fôra ciúmes. Chegaram  
mesmo a achar o criminoso:  
moço aí pelos vinte anos, ele-  
gante, educado e esquizofreni-  
camente romântico.

Personagem fugido de um  
dos Dumas, talvez.  
— "Matei-a por amor, seu  
comissário. Eu a amava; di-  
ziam coisas dela, mas nunca  
m'importei.

Era linda e isto me bastava...  
Querida para mim... para  
sempre: até me casaria com  
ela se fôsse preciso!

Porisso perdi a cabeça quan-  
do ela me falou do outro.  
Ah, seu comissário, havia  
outro, sim...

Discutimos.  
Matei-a.

Me lembro ainda de ter sai-  
do do apartamento e avisado  
o sucedido ao zelador.  
Sô.

De fato, foi tudo o que con-  
seguiram arrancar daquela  
garganta. Nem mesmo a ma-  
tilha de repórteres que lhe  
babava perguntas por sôbre a  
cabeça o conseguuiu.

Ângela morreu e êle era um  
túmulo.

Nada mais importava: que o  
prendessem, o torturassem, que  
lhe arrancassem pedacinhos.

Chegara ao fim de tudo.  
Pena mesmo que não tenha  
visto, horas depois do crime, o  
zelador do edificio onde Ângela  
morava colocar a tabuleta na  
porta:

"Aluga-se apartamento mo-  
biliado".  
Garanto que iria ter um  
troço...

\*\*\*

"Um deus triste andava sôlto  
pelos morros.

Veio a polícia e matou-o.  
Que a terra lhe seja leve".  
Por favor, quem fôr ao Rio  
antes de mim, grave isto na  
sepultura de Mineirinho, sim!?

\*\*\*

Outro dia estive olhando lá  
de cima o nosso estoico país e

notei duas tendências que  
transpassam quase tôdas as ca-  
tegorias sociais e chegam mes-  
exatamente ontem mas a  
mo a se tornar obsessão dege-  
nerada:

O Comunismo e o Futuro.  
Tendências quase manias;  
manias muito em moda...

Verdade...  
Veja por exemplo, ser co-  
munista está em moda; é  
"bem"; é "in". Não há colu-  
nista social, banqueiro, fêminas  
elegantes ou bicheiro que não  
seja de esquerda.

É o delírio do momento...  
Acham todos que a socializa-  
ção progressiva do Brasil é  
inevitável, inadiável, irreme-  
diável.

E com que convicção nos  
provam seus pontos de vista;  
outro dia em conversa com  
senhora de nosso "grand-mon-  
de" escutei mais ou menos  
isto:

— "Não adianta essa gente  
teimar. Não podemos fechar os  
olhos diante da realidade so-  
cial; a igualdade de classes se  
acentua cada vez mais: tere-  
mos que dividir tudo com  
quem tem menos.

E provarmos que somos úteis,  
capazes!

Eu, por exemplo, vou come-  
çar a trabalhar; positivamente  
não aceitarei mais um tos-  
tão de meus maridos. Sou ca-  
paz de resolver meu próprio  
problema de subsistência e  
provarei isso!

Fêz uma pausa meio estu-  
dada, brincou com os gelinhos  
do seu quinto "Olp Par" e  
continuou:

— "Vou trabalhar numa  
boutique da Augusta.  
Pretendo ser"...

Foi interrompida pela anfi-  
triã da festa, também de idéias  
"trotskistas ultra extremadas".

— "Mas querida você só fa-  
lou até agora; nem mecheu  
nos "Scargots à Marriner" que  
eu fiz ..

E olhe que estão deliciosos!  
Vamos, prove porque eu já  
vou mandar passar os "Crê-  
pes aux Grand Marriner" e  
você precisa ver como são  
gostosos...

Mas tem que ser quenti-  
nhos, hein"...

Nossa amiga passou da con-  
versa para o prato de "fruits  
de la mer", com grande ha-  
bilidade e iniciou a degustação  
em silêncios

Marx podia esperar um pou-  
quinho...

## CONFISSÃO

José Alvino Lima

Eu sinto que te quero,  
Quando me sorris,  
Tremo de paixão,  
Quando me falas;  
Se estou contigo,  
Sinto que te amo.  
Quando sôzinho  
Eu te venero.  
Tu és minha guarida, meu abrigo,  
— Bálsamo de meu peito ferido.  
Tu és mulher que me acalenta,  
Santa que pranteias o meu pranto.  
Amo-te ainda, quando tu me esqueces  
E quando por outro me abandonas...  
Amo-te, pura ou perdida,  
E sempre te amarei, ó vida!

Já, a outra categoria, a dos  
que falam do futuro, do ama-  
nhã, das alvoradas, etc., etc.,  
encontra seu forte na sebeta  
das dos políticoss

— "O Brasil é um gigante  
que desperta!" ouve-se por aí  
a três por quinze.

Até o Lupion (ou Lampião,  
veja aí revisão...) deve ter  
dito isto no seu retorno.

Mas cá entre nós, meu caro  
leitor, o Brasil desperta mes-  
mo!

Como?  
Ora meu amigo, você não  
tem sentido por aí uma des-  
carga de patriotismo?

Não tem visto que d'Oiapo-  
que ao Chui, somos um "to-  
do": gente consciente, esclare-  
cida, interessada?

Inflação, Nordeste, feijão?  
E daí?

Até os cinquenta por cento  
de analfabetos sumiram:

— "Um milagre bíblico", di-  
ria o Bernardo!

Milagre é, mas... futebolis-  
tico.

Seleção brasileira, gente!  
Seleção brasileira está no  
Chile prá disputar outra vez  
a Copa do Mundo e aqui, o  
Brasil se transforma num  
imenso Circo.

Todo mundo dá palpites, to-  
dos entendem de tudo.

Viram o milagre?  
Imaginem a vida cara, es-  
túpida, difícil.

O feijão sumindo do mer-  
cado...

## CRÔNICA SOCIAL

I

E' uma ferida. Mancha.  
Pedaço escuro de um corpo  
social não muito claro. Nem  
definido. Nem fixado. Nem  
nada.

Falo da favela. Favela do  
Tatuapé.

II

De um lado há uma ave-  
nida: Marginal. Do outro,  
outra. Atrás o depósito de  
lixo. A frente uma rua sem  
pedras nem asfalto, que tem  
linda fossa, onde penetra  
tudo. Até mão de criança, pé  
de criança, coração, sorriso  
e o futuro da criança. O fu-  
turo da criança é fetido. E' o  
prelúdio da vida criminal do  
menino sem horizontes.

III

Ver a criança dá gosto.  
O desgosto vem com toda  
aquela turma ali.

IV

"Seo" Alonso ninguém co-  
nhece. Apresento-o: uma  
pessoa. Um bem jurídico.  
Que duvida do preceito: "To-  
dos são iguais perante a lei".  
Quando a descrença aumen-  
ta, a duvida cresce, ele vai  
à igreja. A igreja de tabuas,  
com tabuas e mais tabuas.  
E reza. E pede. E não adian-  
ta. A favela continua. O  
futuro comprometido. Só de-  
sapareceu a do Canindé.  
Mas, na favela do "seo"  
Alonso, que ninguém conhe-  
ce, que é analfabeto, não há  
nenhuma Carolina para es-  
candalizar. Outro azar da  
favela. Esta ferida é a pró-  
pria personificação do azar.  
Tudo é negativo Só as crian-  
ças dão aparência de tecla  
positiva... As vèzes, per-  
dem também esta fisionomia.  
A vida é dura. E parece não  
ter relações na favela.

V

Muitos não trabalham.  
Não há emprêgo. E se há,  
exploram. Não gostam da  
exploração? RUA. Ele vai  
prá rua. E da rua prá favela.  
E da favela prá rua. Nasce  
o círculo vicioso. E o amigo  
do "seo" Alonso fica viciado.  
Vicia-se com os viciados da  
rua, no ambiente da favela.

VI

A única vez que ri no Ta-  
tuapé foi na favela. Admirei  
deslumbrado um menino des-  
se tamanho, com uma bar-  
riga daquela idade. Nunca  
aplaudi tão grande barriga  
num tão pequeno menino.  
Questão de oportunidade.  
Ainda, têm coraçem de di-  
zer: verminose. Verminose?  
Aquilo é a estética da na-  
tureza, projetando-se no  
menino de hoje. E no adulto  
de amanhã. Ou de nunca.

Klam também. O bari-  
gudinho precisa receber o re-  
flexo de nosso riso. Pois, não  
sei porque, ele parecia que-  
rer chorar. Barrigudinho,  
barrigudinho, não chore,  
não! A turma toda está aqui  
para sorrir. Sorria barrigudo  
teimoso.

VII

Bem no centro do pedaço  
escuro há uma placa. Placa  
com u mnome e duas me-  
didas. Placa de advertência.  
Como querendo dizer: "ES-  
TE TERRENO É MEU". O  
que resulta é que há vagas  
na favela. Quem se habilita-  
tar... ainda há vagas.  
Vão, vão, vão. Vão morar,  
um minuto. na favela! Tal-  
vez tenhamos a sensação de  
estarmos no inferno, pagando  
por nossas tristes omissões.  
São Paulo, 10 de outubro  
de 1961.

FERES SABINO

**ATENÇÃO!**  
Este jornal está ao dispor de todos  
os colegas. Colabore escrevendo  
artigos, e, se puder cooperar na  
administração, nos procure, por-  
que temos grandes planos e diver-  
sos cargos disponíveis.

Bandeira da minha terra,  
bandeira das treze listas!  
são treze lanças de guerra  
cercando o chão dos Paulistas!

Prece alternada, responso  
entre a côr branca e a côr preta:  
velas de Martim Afonso,  
sotaina do padre Anchieta!

Bandeira de Bandeirantes,  
branca e rôta de tal sorte,  
que entre os rasgões tremulantes  
mostrou as sombras da morte.

Riscos negros sôbre a prata:  
são como o rastro sombrio  
que na água deixava a chata  
das Monções, subindo o rio.

Página branca pautada  
por Deus numa hora suprema,  
para que, um dia, uma espada  
sôbre ela escrevesse um poema:

O poema do nosso orgulho  
(eu vibro quando me lembro!)  
que vai de nove de julho  
a vinte e oito de setembro!

Mapa de pátria guerreira  
traçado pela Vitória:  
cada lista é uma trincheira;  
cada trincheira, uma glória!

Tiras retas, firmes: quando  
o inimigo surge à frente,  
são barras de aço guardando  
nossa terra e nossa gente.

São os dois rápidos brilhos  
do trem de ferro que passa:  
faixa negra dos seus trilhos,  
faixa branca da fumaça.

Fuligem das oficinas;  
cal que as cidades empoa;  
fumo negro das usinas  
estirado na garoa!

Linhas que avançam: há nelas,  
correndo num mesmo fito,  
o impulso das paralelas  
que procuram o infinito.

É desfile de operários;  
é cafezal alinhado;  
são filas de voluntários;  
são sulcos do nosso arado!

Bandeira que é o nosso espelho!  
Bandeira que é a nossa pista!  
Que traz, no tópo vermelho,  
o coração do Paulista!

Moeda Paulista, feita só de alianças,  
feitas do anel com que Nosso Senhor  
uniu na terra duas esperanças:  
feita dos elos imortais do amor!

Quanto vale essa moeda? — Vale tudo!  
Seu ouro eternizava um grande ideal:  
e ela traduz o sacrifício mudo  
daquela eternidade de metal.

Ela, que vem da mão dos que se amaram,  
vale êsse instante, que não teve fim,  
em que dois sonhos juntos se ajoelharam  
quando a felicidade disse: "Sim".

Vale o que vale a união de duas vidas  
que riram e choraram a uma voz  
e, simbolicamente desunidas,  
vão rolar desgraçadamente sós.

Vale a grande renúncia derradeira  
das mãos que acariciaram, maternais,  
o menino que vai para a trincheira,  
e que talvez... talvez não volte mais...

Vale mais do que o ouro maciço:  
vale a glória de amar, sorrir, chorar,  
lutar, vencer, morrer... Vale tudo isso  
que moeda alguma poderá comprar!

## MOEDA PAULISTA

## A SANTIFICADA

Voltas ao nosso reduto  
com sete tarjas de luto,  
seis faixas brancas de paz  
e teu penacho vermelho:  
e São Paulo dobra o joelho  
ao beijo que tu lhe dás!

Vens... Tu foste a condenada,  
a réproba incinerada  
que de um ímpio auto de fé  
deixa na História um resumo:  
negro carvão, branco fumo,  
vermelha flama de fé!

Retemperou-te a fogueira:  
vens como vinha a "bandeira"  
da fomalha do sertão;  
santificou-te o suplicio:  
repetiu-se o sacrifício  
de Joana d'Arc em Ruão.

Voltas a nós, vigilante  
mãe, espôsa, irmã, amante,  
noiva e filha! Voltas, pois  
é preciso que se prove  
que existiu um dia nove  
de Julho de trinta e dois;  
e há uma VELHA FACULDADE  
que, ensinando a mocidade,  
com esta foi que apreendeu;  
e houve um brasão mameluco  
que disse "Non ducor, duco!"  
e um São Paulo que disse: "Eu";  
e houve uma noite de heroísmo  
que marcou o teu batismo  
de glória: e por isso é que  
tens quatro letras gravadas  
nas quatro estrêlas douradas  
do tópo: M M D C!...

Já a garoa, o nosso incenso,  
beija o teu pano suspenso  
ao teu mastro, que é uma cruz!  
Vês? É um altar cada casa  
sôbre a qual estendes a asa  
rajada de sombra e luz!

Fala! É preciso que fales  
de tudo: de Fernão Sales,  
de Cunha, Tunel, Buri,  
de Eleutério, de Pedreira,  
do soldado e da trincheira  
que só falavam de ti!

Lembra a mulher da cantina,  
do hospital e da oficina:  
beleza do Nosso Bem!  
E as crianças, num sorriso,  
jurando: "Se fôr preciso,  
nós partiremos também!"

Recorda a Campanha do ouro  
acumulando um tesouro  
que nunca se esgotará!  
Depois, a prisão, o exílio  
da mão distante que dá!  
E agora... Agora, de novo  
abençoando êste teu povo  
que tanto soube esperar,  
esperança dos Paulistas,  
bandeira das treze listas  
desfraldada em cada lar,  
reza a oração que dizia:  
"Preto e branco — a noite e o dia:  
Pois dia e noite estarei,  
como Apostolo Soldado,  
gente Paulista a teu lado,  
pola ley e pola grey!"

Marca o passo, soldado! Não vês  
que esta terra foi êle que fêz?  
Que o teu passo é o compasso seguro  
de um presente, um passado e um futuro?

Vê, Soldado, que grande que tu és!  
Tua terra se atira a teus pés,  
e estremece de orgulho, e ergue os braços:  
ergue braços de poeira a teus passos.  
— Marcha, Soldado Paulista,  
— marca o teu passo na História!  
— Deixa na terra uma pista,  
— deixa um rastilho de glória!

— Marcha, Soldado Paulista,  
— marca o teu passo na História!  
— Deixa na terra uma pista,  
— deixa um rastilho de glória!

## MARCA O PASSO SOLDADO!

NOTA: Tôdas poesias da  
página são de  
Guilherme de Almeida.

## BANDEIRA DA MINHA TERRA

## NO 30.<sup>o</sup> ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO CONSTITU- CIONALISTA

A TRADIÇÃO DE NOSSA FACULDADE TEM SIDO  
ESTAR SEMPRE NA VANGUARDA DOS MOVIMEN-  
TOS REIVINDICATÓRIOS DE NOSSO POVO. HÁ  
TRINTA ANOS, FOI A REVOLUÇÃO CONSTITUCIO-  
NALISTA; HOJE, LUTAMOS PELA EMANCIPAÇÃO DA  
CLASSE TRABALHADORA

# O Discurso que Enterneceu as Arcadas e São Paulo

Autor: Alcantara Machado, mestre de Direito e de Civismo.

Alcantara Machado, o inesquecível e saudoso professor de Direito e de Civismo, na histórica comemoração do dia 11 de agosto de 1932, nas Arcadas, na qualidade de diretor, pronunciou este comovido discurso, que permanece gravado na memória de todos os paulistas de 32:

"O milagre do rádio permite ao homem compartilhar com Deus o poder de onnipresença. Apertamos, através do espaço, contra o peito os corações fraternos e entre os dedos as mãos amigas. Fechai os olhos, para que a ilusão seja completa, meus queridos e incomparáveis estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo.

Venho convidar-vos a assistir comigo à sessão comemorativa da data luminosa de 11 de agosto.

A Congregação acaba de entrar no salão nobre da escola, tão vosso conhecido.

Está completa. Compareçam todos: vivos e mortos. Ramalho, Crispiniano, José Bonifácio o Moço, João Monteiro, Brasílio Machado, Pedro Lessa, João Mendes saem da tela, do mármore, do bronze e tomam assento no doutoral. Porque todos compreendem que a sessão de hoje é a mais solene de quantas se realizaram nesta casa; e que nunca se fez mais oportuna a afirmação de que a Faculdade é o sacrário da lei, o sensorio jurídico do país. A parte reservada ao auditório, aquela que costumais enfeitar com a vossa mocidade e alegrar com a vossa turbulência, parece vazia. Mas, se prestardes atenção, vereis que se vai povoando de sombras. São os manes de quantos vos precederam nas Arcadas do velho mosteiro franciscano, sabendo-vos empenhados em defender as fronteiras territoriais de São Paulo, hoje confundidas com as fronteiras morais da nacionalidade, vêm ocupar os lugares reservados aos estudantes. Dos corpos vaporosos só distinguimos as cabeças iluminadas pela imortalidade. Aparecem-nos todos, restituídos à juventude, tais quais forjaram o espírito, laminaram a palavra, fortificaram a consciência nesta fábrica de homens livres, nesta oficina de cidadãos.

Na multidão que se acotovela não custa divisar as maiores figuras da nobiliarquia espiritual do Brasil. Ali estão reunidos Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Silveira Martins. Os poetas constituem um grupo numeroso, dominado pelos três nomes tutelares da Faculdade. Vemos claramente a cabeleira romântica, a fronte escampada, os olhos ardentes de Castro Alves, os olhos pensativos de Alvares de Azevedo, os olhos amortecidos pela insônia de Fagundes Varela. Outros se lhe juntam: Bernardo Guimarães, Pedro Luiz, Raimundo, Cepelos, Ricardo Gonçalves. Em torno de Teixeira de Freitas e Lafaiete... Mas para que continuar? Nenhuma geração se esqueceu de mandar os seus delegados mais representativos

Dos professores vivos não há quem se atreva a falar. Mas de repente assoma à tribuna o último Andrada; e, no silêncio que se faz mais largo, e mais profundo, aquele verbo, que matou a escravidão, dirige a cada um de vós, revolucionários de 9 de julho, o mesmo elogio, com que saudou a Gabriel dos Santos revolucionário de 42:

"Soldado da liberdade... não renegaste a bandeira nas horas de tempestade..."

Brasílio Machado se levanta; e transpassando-vos a alma com o olhar flamejante, repete a peroração de um de seus discursos:

"Para nós, se é mistério que a espada fulgure, tomemo-la, não para suspender o espólio dos vencidos, mas as duas conchas serenas da Justiça!

João Mendes quer dizer-vos alguma coisa. Não pode. Com um soluço na garganta, levanta simplesmente a mão trêmula e traça no ar uma bênção...

Agora são os moços de todos os tempos que têm a palavra: Fagundes Varela:

"Basta de humilhações!... A terra de Cabral está

[cansada de ultrajes suportar. A seus [clamores

no seio das florestas [ressuscita um mundo de guerreiros que

[não teme o troar dos canhões. Um povo [ardente se levanta inspirado... do pendão auriverde à

[sombra amiga." Vem a seguir Castro Alves:

"...Eu sei que a mocidade é o Moisés no Sinai. Das mãos do Eterno recebe as tábuas da lei. Marchai! Quem cai na luta com glória tomba nos braços da história, no coração do Brasil."

E, depois, voltando-se para os outros, que não os paulistas e os que se batem ao vosso lado, ei-lo que prossegue:

"Basta de cobardia! A hora [sôa e vós cruzais os braços... [Cobardia!

E murmurais com fera [hipocrisia: — É preciso esperar. Mas esperar o quê?"

Pedro Luiz não se contém; e conclama evocando a figura de Nunes Machado:

"Vem dizer aos guerreiros [do futuro que, se caso o horizonte [está escuro, nem por isso eles devem [vacilar.

Vem dar força dos bravos [à fileira, que eles não de seguir [tua bandeira e com ela na frente não [de marchar."

Quem é aquele mestiço, que vem de Recife trazer-vos o seu estímulo? Tobias Barreto. Lá não quiseram ouvi-lo. Não faz mal. Escutai estes versos, que, feitos para os outros, são vossos, exclusivamente vossos:

"Juntemos as almas gratas de colegas e de irmãos.

O vento que acorda as matas nos tira os livros das mãos. A vida é uma leitura.

E quando a espada fulgura, quando se sente bater no peito heróica pancada deixa-se a folha dobrada enquanto se vai morrer".

Um moço franzino, pequenino, mofo se aproxima da tribuna; e de súbito se transforma num gigante. É Rui Barbosa, é o verbo do direito, é o condestável da liberdade, é a voz augusta do semeador das palavras eternas:

"Debaixo destes tetos duas evidências há que nos consolam, nos desmagnam, e chegam a desconvençer-nos da morte: a continuidade da tradição e a continuidade da justiça... Bolonha, famosa outrora entre as cidades letradas (...) se chamava por antonomásia, a um tempo, a doura e a livre, associando nas suas antigas moedas a legenda solene de seus direitos, libertas, o fóro por excelência de mestra: Bononia docet. A São Paulo, indisputavelmente, lhe cabem os dois títulos no mesmo brasão: professa a liberdade e ensina a justiça."

Depois de Rui ninguém tem mais o que dizer. E a assembleia se dissolve, enquanto Bittencourt Sampaio então, acompanhado por Carlos Gomes, uma das estrofes do hino acadêmico, estrofe que vai de quebrada em quebrada afirmar à nossa terra, ainda e sempre, que hoje como mais do que ontem e menos do que amanhã:

"O Brasil quer a luz da [verdade e uma c'roa de louros [também. Só as leis que nos dêem [liberdade ao gigante das selvas [convém."

Eis aí o que foi neste ano glorioso de 1932 a sessão comemorativa da fundação dos

discipulos. Discipulos? Não. Porque a vossa atitude em 23 de maio e em 9 de julho inverteu os valores e destituiu de seus cargos todos os mestres. Os únicos professores que hoje existem, no território nacional, sois vós e os vossos companheiros de armas. A trincheira é a vossa cátedra. E o Brasil inteiro está aprendendo convosco; o

Brasil sitiado pelas trevas, amordaçado pela censura, emasculado pelo horror das responsabilidades, e o Brasil que para a vossa vitória trabalha nas oficinas e nos campos, nos hospitais e nos transportes; o Brasil que em vão procura limpar na bacia de Pilatos as manchas do sangue do Justo, e o Brasil que vos ajuda a car-

regar a cruz do sacrifício. Com o coração dilatado de orgulho e os olhos rasos de lágrimas, em nome da Faculdade de Direito, eu vos saúdo, nesta hora em que fazeis à pátria a oblação sublime de vossa vida, meus jovens professores de bravura consciente, de dignidade cívica e de heroísmo!"

## NO 30.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

A reportagem do jornal "O XI de Agosto", foi convidada a participar da Caravana que, percorrendo o interior de São Paulo, recolheu despojos daqueles que tombaram na defesa de seu ideal para transportá-los a esta Capital e levando-os ao Ibirapuera, fazê-los descansar em paz no monumento dedicado àqueles que regaram com seu sangue o chão da pátria maculada pela inconstitucionalidade. A planta acalentada com o vigor de seu entusiasmo brotou 2 anos depois. Derrotadas as armas, os constitucionalis-

tas viram prevalecer suas idéias.

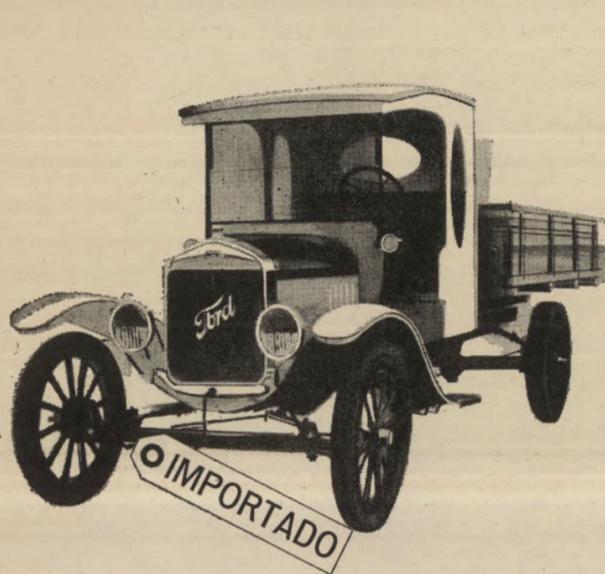
Durante o tempo que a Caravana percorreu o Vale do Paraíba, a reportagem ficou hospedada no quartel da Fôrça Pública e nos mandou o seguinte comunicado:

Por ocasião dos festejos comemorativos do 30.º aniversário da Revolução Constitucionalista, estivemos acompanhando e reportando a Caravana dos ex-combatentes, através do vale do Paraíba, e ficamos alojados no quartel do 5.º B. C. da Fôrça Pública. Ai tivemos oportunidade de rever e

conviver com o Cel. Nabor Nogueira Santos, comandante daquela unidade, o mesmo Coronel Nabor, que, em 1932, abriu os portões do Palácio dos Campos Elíseos aos estudantes do Largo de São Francisco. Em Taubaté, onde ficamos, tomamos contato com um acontecimento realmente vergonhoso, não apenas para o sr. Souza Lemos que o praticou, como também à imprensa, porque o citado fulano aproveitou-se de um instrumento destinado a educar o povo para achincalhar a uma pessoa ilibada, um coronel da Fôrça, pelo fato de não ter sido dado, em quartel,

como pretendia, o apoio político a um candidato a deputado que desejava contar com os 800 votos dos comandados do Cel. Nabor.

Ao Coronel Nabor Nogueira Santos o nosso mais irrestrito apoio e aplauso por não ter-se influenciado nem transgido com os que pretendem eleger-se à custa de amigos e de votos de cabresto. Todos que forem inarredáveis da defesa da liberdade de voto estarão contribuindo grandemente para o aperfeiçoamento do nosso processo democrático e os nossos cumprimentos ao Cel. Nabor Nogueira Santos, defensor da democracia.



# líder em 1962

Pouca gente poderá lembrar-se do Brasil em 1919. Entretanto, esse foi o ano em que a Ford montou o seu primeiro caminhão em nosso País. Tínhamos poucas estradas, apenas alguns quilômetros pavimentados, mas os "Fordinhos" pioneiros não enjeitavam serviço e iniciavam uma nova era no desenvolvimento nacional. Dai para cá, os caminhões Ford se integraram definitivamente na vida brasileira: em 43 anos de convívio diário, ajudaram a escoar safras, a transportar matérias-primas e manufaturas industriais, a abrir centenas de novas estradas, de tal modo que ampliaram consideravelmente os meios de comunicação entre os mais distantes rincões do País. Em 1956, o Ford, que continua sendo o veículo mais ativo do nosso desenvolvimento, passou a ser fabricado aqui. Hoje, em 1962, o caminhão Ford brasileiro já é 97% nacional. E veja: poucos são os caminhões, no mundo inteiro, que podem apresentar o seu alto padrão de qualidade. O novo Ford é um líder que surge orgulhoso do seu passado. Isto, para você, não é apenas um simples motivo de honra nacional. As divisas que economizamos com a fabricação dos caminhões Ford no Brasil, certamente estão ajudando a aumentar o seu padrão de vida... ajudando a abrir mais estradas para o transporte de alimentos... ajudando a abrir escolas, hospitais, indústrias, e a desenvolver as imensas possibilidades do interior brasileiro. Estas divisas ajudarão os seus filhos a viver numa Pátria mais rica, mais poderosa e mais feliz!



PRODUTOS DA FORD MOTOR DO BRASIL S.A.

# IBRAIM, O TRIBUNO DA REVOLUÇÃO

## "ATO DE FÉ A TERRA AMADA"

"E repetirei ainda e sempre: Para mim 9 de julho não é uma Hora Melancólica de Saudade, senão que busco nesses idos um estímulo, um alor, uma esperança."

Togo no Povo, na Justiça, na Toga; creio no Lar dignificado por todas as virtudes na Caserna, florianizada por todos os Heroísmos! Confio na Escola que se vincula à Caserna, em Ryu que se irmana com Caxias. Confio no Altar, em que um dia oficiou Dom Duarte, e no púlpito onde o Padre Chico pregou!

Creio, confio e espero tudo de Ti, minha amada Academia do Chão Livre de São Francisco! Em Ti, inexpugnável Alcázar de nossa Dignidade, em Ti, nas Tuas Tradições, na Tua Fé, nas Tuas Arcadas à luz do Velho Pátio, que é assim como uma garganta aberta, a entoar para o Alto a Pena de todas as Liberdades.

E a Ti, São Paulo, minha Terra, minha Amada Terra! a Ti, pelo que tens sofrido e tens perdoado; pelo que tens perdoado; a Ti, pelas Tuas renúncias e pelas Tuas provações; a Ti, por tudo quanto Te tiram e Te negam, a Ti, dolorosa enteada da Pátria, meu drama do Teu Calvário, o meu pensamento de Fé à glória da Tua Resurreição."

## "AINDA E SEMPRE"

"... a pena de morte será convertida na prisão com trabalho, por 30 anos, Dec. 21.886. de 29 de Setembro de 1932".

## PARA TÃO GRANDE FÉ, TÃO CURTA PENA!

Vencidos, não! Traído, vendidos, entregues, ludibriados! Tudo! Menos vencidos!

Não houve suster aquilo que a deslealdade concertou entregar e desfazer.

E ahí está, fluctuando sobre escambros, a poeira d'uma glória!

São Paulo entrara de corpo e alma na luta, dando-lhe destino e carne, e oiro.

Mas de repente, em plena hyidez do seu civismo, num próximo atingir da hora decisiva, eis que se trama, que se urde, a CONSPIRAÇÃO DA PAZ.

Sabe-se lá o que foi! Desmaio ou moeda, Calabar ou Escariotes, calcanhares ou arranjos, infâmia ou paranoia, o caso é que a conspiração se processou, sobre e tentacular, surda e subreptícia, como um cancer.

E perderam a nossa Victória! E entregaram a nossa terra!

Nove de julho foi um improviso. Era a alma em carne viva d'uma terra! Não há conter marremotos, nem asphyziaz crateras. Não houve preparos, não havia balas nem fuzis. Havia, porém, coração e pundonor, anseios e deveres, músculos e consciências!

Não se conspirou. Aspirou-se, respirou-se, a guerra. E 9 de julho explodiu. Incoercível!

São Paulo desde logo era uma porção de fé cercada de agressões por todos os lados. Uma ilha de heroísmo!

Nas trincheiras, contava-se um soldado contra dez. um fuzil faminto contra vinte metralhadoras nutridas. Era a potência contra a Província, a matéria contra o Espírito. A nuvem contra a Claridade!

Nas frentes menos acossadas, mendigava-se uma escola de cartuchos para se sustentar uma posição. E sustentava-se. E defendia-se. E transpunha-se. Viveu nessa luta desigual a nossa glória, melhor!

No entanto, quando o impro-

viso se desdobrou no milagre da organização e as machinas paulistas realizavam a industria heróica da munição e dos capacetes, dos schneiders e das bombardas; quando tudo se articulava numa ampla eurytmia e todos se ajustavam numa só articulação, foi ahí que, aos oitenta e tantos dias de Paixão, se fez do sacrificio uma inutilidade, se reduziu o idealismo a um cálculo, e o que eram vésperas do triumpho se transformara em hojes de derrota!

Não se soltou a Arca Paulista a clara pomba dos dilúvios transpostos. Soltou-se o corvo. Mas desta vez o corvo regressou, não com o ramo de oliveira no bico, mas com uma pastada de lama na consciencia. Vencidos, não! Nós não o fomos!

Repara: o vencedor tem vergonha da Victória! Ai do Vencedor!

O SINHÔ equilibrou a partida com o ouro da própria escravatura! Os capitães de mato reconduziram os quilombos à senzala. E, agora, preparem-se as enxovias para as liberdades! Desnudem-se as costas para os rebenques! Estylizem-se as afrontas para as vinganças!

Vae recomçar a ferra cívica! Os "sinhozinhos" já estão ahí! Judas! Judas! Judas! E há tanta figueira à beira dos caminhos!

E dirá o invasor:

Abaixa a cabeça, ó Paulista! Teu destino é o eito, a enxada na mão, o feitor sobre o lombo. Apanha e produz! O sinhô tem fome e quer mucamas.

Liberdades, autonomia, constituição, tudo isso é sonho já sonhado, é paisagem que ficou lá atrás, lá ao longe, à luz extinta duma Pátria extinta!

Abaixa a cabeça ó escravo! Vamos! Entregas os pulsos para as algemas. Entregas o pescoço para a canga! O proprietário sou eu!

E nós diremos: Sofre! A dôr é o caminho da Redempção. São Paulo está embebido de sangue. Lares se despoam. Destinos se desfizeram. E Mães, e mulheres, e creanças, há todas por ahí, cobertas de lutos e de lágrimas.

Soffre! Tudo isso é sementeira Agrada de hoje, para as colheitas milagrosas de amanhã!

Verás que esplêndida vai ser a floração das outras baionetas.

Não descreias. Confia em Deus e teme o Político. Confia em Ti, na tua Raça, no teu sangue. Tua honra não se mede pela alheia indignidade. Que cada um de nós valha pela afirmação honesta do que é, do que aspira, e do que aspira, e do que soffre.

O incendio não se extinguiu. Que ahí está, em Ti, na tua alma, e no nosso juramento, a scentelha, a ascua, a faulha do nosso esplêndido clarão.

Soffre e prossegue! Põe luto Paulista! Uma tarja de luto pelos nossos Mortos, pela nossa adversidade, e como signal de que a gente prossegue sem armistícios. Agora, o momento é branco de estática. Unge-te do gandhico espírito e não coopes. Marca bem o "Paulista" que ficar ao serviço do inimigo. Marca-o bem. Esse é o rufoio que entregou a Causa. Esse é filho que entrega a própria Mãe. Esse é fauna da nossa sepultura e que irá alimentar-se do nosso cadáver. Marca-o bem! Silenciar não é esquecer!

Deus escreve direito por linhas tortas. São Paulo aprendeu a guerra e agora se reapletou no soldado. Nove de julho foi o treino para a Apoteose. E um dia, para a Deus se

perdesse para que com elle nos perdessemos também, então é porque já não restaria pedra sobre pedra, taipa sobre taipa, areia sobre areia. E as gerações porvidouras veriam onde São Paulo, foi. E veriam o illustre tímulo de uma geographia, com o epitaphio de estrellas: aqui jaz um povo que não quiz ser escravo.

Eu, de mim, sei e prossigo com a mesma alma de 23 de maio e a mesma farda de 9 de julho.

Inimigo! A lucta continua. Atrai, Caim!

(IBRAHIM — 3-10-1932)

## MINHA TERRA!

### MINHA POBRE TERRA!

És paulista? Ah! Então tu me compreendes! Trazes, como eu o luto em tua alma e laminas de fêl no coração. Ferve em teu peito a coraça sagrada de quem recebe em face a bofetada, o insulto, a vilância, a humilhação.

Minha voz, que entre cóleras se alteia, é tua dor também. Minha voz é murmurio, é marulho, é o eco pobre, de sete milhões de angústias indormidas, de sete milhões de ódios despertados, através do pudor de todos nós.

A cruz de Anchieta, a cruz que o taumaturgo há 378 anos erigiu, sobre o amplo araxá, dominando a rechan, a várzea, o rio, essa cruz floresceu num milagre de fé. E o caminheiro que vinha da distancia, o pioneiro curtido do sertão, a mesnada que vinha da aventura, o viajor que ia de jornada, vendendo-lhe ao longe o seu perfil cristão, sabia que a sua sombra era pousada, era o abraço materno, era a rede, o cauim, o lume, o pão.

Essa cruz floresceu num milagre de fé!

Em torno dela, se esboçou a primeira viela, esta betesga, essa rua, aquela praça. Pôs-se em pé a primeira taipa. As cercas de guarantan se embastiram, com pastadas azues de corriolas. E, depois, o claro ranbanho das casas, a sorrir nas manhãs abrilhadas a candidez de sua cal, e a diluir-se, nas tardes desmaiadas, sob a reticula branda das garças.

Fogos de minha Terra! Lumes da Lareira Paulista! Em torno de ti, ao Lucilar das tuas faulhas, ao anseio ascendente da tua flama, na terra extreme, sob a telhavan, quanta hora fluiu plácida e mansa, quanta hora de limpida esperança, quanta dôr de mulher, de mãe, de esposa, chorando à espera de alguém que se alongara a dentro pelo Sertão e que em busca da fortuna ia encontrar a morte, e ao encalço da sorte fundia uma Nação!

Lume de minha Terra! En tua vigília, fez-se o calor, a célula, o altar. Presidiste os destinos da Família. — Fôste a glória do Pão ganho com Honra. — Marcaste o nome, a propriedade, o Lar!

Em torno de ti, lume de minha Terra, ao teu Lamprão, através da Scherezade das Bandeiras, do "era uma vez" de todas as histórias em torno de ti, a alma das mulheres, os olhos das crianças, a bênção dos velhos acompanharam, comovidamente, e arrancada ruidosa do Raposo, mergulhando as raízes da sua raça e o ferro rude e rubro da sua força, pelos rios, pelas terras, pelo mar! E choraram a agonia de Paes Leme, vendo-o morrer sozinho no deserto. — O corpe em febre. — O gibão desfeito. — As mãos enclavinando junto ao peito, a escarpela sonora de esmeraldas!

Pelos sertões românticos e largos, esvoajaram sombras, episódios, toda a legenda de paixões e ódios no entrechoque dos Pires e Camargos. E a figura do padre Belchior, numa história de amor, dorida, imensa, punha um lirio de Fé em cada crença, e em cada Lágrima, uma Fé melhor.

Que ronda de evocações vem do Passado! E desgarras, e levita, brandamente flutua, chorando em cada pedra, em cada rua, o lumes extinto! O solo deshonrado!

Foi sob teu céu, sob os farrapos das tuas neblinas, ao amplo oxigênio dos teus sóis, que a América Brasileira fundiu entre fráguas os seus ciclos maiores e respirou, entre afirmações, as suas liberdades primeiras. Em ti, minha Terra, palpitarão todas as potências da nossa formação.

Filhos de outras províncias, abalararam-se das distancias, deixaram querências e pagos, largaram sítios e cidades, e vieram buscar em ti, haurir em ti, na tua Academia, os rumos decisivos do seu próprio destino.

Junto à ara das cátedras, arrojaram revoadas e revoadas de gerações.

Pelos bancos, não zumbiram apenas as abelhas doiradas da juventude; nem somente retiraram as sonoras cigarras da poesia!

Alí viveram também, alí ficaram, para sempre, numa comovida ressonância, fervores e emalacões, silenciosos heroísmos de estudantes pobres, pensamentos dos lares, deixados lá longe, saudades das terras, de outras paisagens e rezas e anseios de Mães que ficaram, chorando, chamando, esperando seus filhos...

Ah! Si o Brasil quisesse escutar a própria alma! Bastava-lhe ajustar o ouvido ao coração da Academia! E escutar! E sentir! São os passos do Passado que perpassam, num frêmito de sonhos que deflue. É o reviver de todas as fanfarras. Claro eco de todas as patrulhas! É Castro Alves que clarina! É Ruy!

E o Brasil com certeza sentiria, nesse nobre revêlo salutar, que sua Alma ficou na Academia, como "dentro de um buziô ficaria, a memória do Mar".

Minha Terra! Minha pobre Terra! Alma desfeita dessa mesma Brasileira a que deste, numa permanente renúncia, o ouro, o sangue!

Tu foste o filho abençoado, O amio certo, O melhor irmão!

Fôste para o Brasil, em todas as suas Horas,

O Clarim! A Clareira! O Clarão!

No entanto, do Norte, do Sul, de toda parte, os homens se levantaram, para a luta! Pelo Brasil! Por uma Pátria melhor! Por dias mais claros! Não!

Foi contra ti, São Paulo! Era o velho levado adormecido de ódios do tribo contra tribo. Era o fatalismo de sombras anamneses de raças e de tabas.

Razões gástricas eram! Fizeram da nacionalidade um pretexto e invadiram-te. Fizeram da liberdade um rótulo e humilharam-te. — Fizeram de Itararé uma gázuca e desfizeram-te.

Que dolorosa a tua evocação! Si ontem era a Bastilha, hoje é a senzala!

Si ontem era a alcaemia, hoje é o rebenque. Si ontem seria a desnarca, hoje é o crime.

Não foi o companheiro que meioso dar-nos a mão para a liberdade comum. Foi a aventura d'uma vitória sem luta, que nos acorreatou depois, à quadriga de César.

E dizem-se nossos Irmãos! Ramada da mesma cêpa! Projecção do mesmo plasma! Mentira! Mãos fratricidas, sim! Torvas mãos de unhas combridas, mãos rançadas, fementidas, que apunhalam por detrás. Mãos que romperam numa insânia torpe, inútil, toda a túnica inconsútil dos destinos nacionais.

E não houve razão, não houve sentimento, barreira alguma, não houve que lhes impedisse a avançada.

A avançada! O cangaço! Que tudo eram apetites.

Nada valeu. Nem o Passado pela História — Nem o pensamento pela língua. Nem a Religião pelo mesmo Deus! Nem os destinos pela mesma dôr! Que tudo, eram estômagos.

Essa bandeira que aí se levantou ao tôpo de todas as piratarías não é a flama saudável e espantolante das reconquistas. É o trapo vermelho dos leilões! Ai não se inscreveram Liberdades — Bordaram-se martelos.

F o seu dronejar dentro de balcões imprevistos, traduzido em almoçada a diandade de um povo e o suor d'uma gente, ainda se ouvem os vresões da outubrada: — Quanto me dão por São Paulo? Quanto me dão?

És Paulista? Então tu bom escutas esse fundo clamor, sísmico, enorme, esse estertor, esse gemer, esse lamento, rasgando tímulos, esventrando a terra, até os seus mais imos penetrais! São soluços das cinzas agitadas! O espírito das tumbas estremece! A voz dos nossos mortos se levanta!

Desfaça-se uma Hóstia! Deus permanece uno, indivisível em cada radiúnica partícula. — Assim, não se desfaz a vida, ao abraço molecular da transformação.

## CLAYTON BRANCO

ADVOGADO

PRAÇA JOÃO MENDES, 52

5.º andar - Conj. 502

Fone: 37-6440

## J. B. VIANA DE MORAES

ADVOGADO

Rua Senador Feijó, 176 - 2º

Tel.: 32-4285

# "Nestes Instantes, Devemos nos Voltar Para os Supremos Interesses da Pátria"

A. SILVA LEITE

Em recente palestra preferida em uma das secções do Rotary Club de São Paulo, o engenheiro Mario Savelli, Diretor de Cultura do Instituto de Engenharia, teceu oportunas considerações sobre os problemas da ampliação do sistema de sistema de produção de energia elétrica do Brasil. Disse aquêle illustre técnico paulista que, para obtermos o mínimo de suprimento de energia requerida pela projecção do desenvolvimento nacional, será necessário, nos próximos oito anos, um investimento não inferior a um trilhão de cruzeiros. E, do mesmo passo em que manifestava sua irrestrita confiança na capacidade de nossa gente, em prosseguir no atual ritmo de progresso, para o que se torna indispensável prosseguir também nas obras das centrais elétricas, o orador condenou o "festival verborrágico", que perdura e recrudescer às vésperas de consultas eleitorais, "festival" esse que não raro e até com frequência suspeita, debaterá contra as empresas particulares de eletricidade e distribuidoras de eletricidade e, às quais, sem dúvida alguma, se deve grande parte do progresso deste País.

O engenheiro Mario Savelli resumiu a solução do problema energético no Brasil, através das seguintes recomendações: 1ª) Vencer o precípua fator

inibitório da ascensão internacional do nosso País: o fato de não terem muitos entre nós, até agora, compreendido a eminente posição do Brasil no concêrto das Nações — posição que nos permite, em certos tratamentos, tornar claro a todos aqueles que colaboram com o nosso desenvolvimento, que o setor econômico e financeiro é domínio de tratativas francas e objetivas na defesa bilateral de interesses;

2ª) Incremento da coexistência da iniciativa privada com a atividade estatal, no aproveitamento integral de nossos recursos, pela disseminação de usinas interligadas, constituindo super-sistemas regionais, que, propiciando a descentralização industrial, favoreça o equilíbrio demográfico, além de pela cobertura de mais amplas áreas, pelas linhas transportadoras de energia elétrica, ensajem a eletrificação rural, condição sine-qua-non para uma eficiente luta contra o subdesenvolvimento;

3ª) Criação de atrativos, garantindo-se a estabilidade econômico-financeira das empresas, mediante tarifas adequadas. Sem essa condição, em virtude da incontida inflação, cáise num processo destrutivo, através de três etapas inexoráveis: a) erosão financeira das empré-

sas; b) crise de expansão do serviço e c) crise de eletricidade.

O eng. Savelli encerrou sua magnífica palestra com as seguintes palavras:

"Por quê, afinal, denegrir a iniciativa privada, que entre nós já deu mostras de sua capacidade com obras extraordinárias como as centrais hidrelétricas de Peixoto, Itapura, Lages, Cubatão e esse quase milagre de celeridade na execução que foi, considerada a época do empreendimento, a usina de Rasgão? E por quê duvidar dos empreendimentos realizados sob a égide estatal, quando podemos nos orgulhar de notáveis realizações como a Usina de Paulo Afonso e as que integram o Plano de Ação do Governo de São Paulo?"

"Devemos nos voltar para os supremos interesses da Pátria, que vive instantes decisivos, densos de oportunidade e riscos, na luta dramática pela reconquista do tempo perdido. Esqueçamos estêreis desalçados gerados por ambições políticas de estreitos horizontes e mantenhamos o colôquio cordial que exige compreensão, renúncias e nobres idéias, com a finalidade de se estimular o progresso que poderá dar a este País o "status" de Nação-Potência!"

# A FACULDADE DE DIREITO NA ARRANCADA DE IX DE JULHO

Ao discutir-se, em dias de agosto de 1826, na Câmara dos Deputados, o projeto de criação de Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, não poucos se opuseram, por motivos diversos, à escolha da cidade que fôra, no amanhecer do Brasil, o burgo anchietao.

Destacou-se, entre os opositores, Bernardo Pereira de Vasconcelos, deputado por Minas Gerais, que mais tarde haveria de requerer ao Governo Imperial, sem êxito, sua nomeação para lente proprietário de uma das cátedras do Curso Jurídico de São Paulo.

Não lhe pareceram, como a outros, que a cidade provinciana se achasse em condições de acolher o estabelecimento de ensino jurídico que se lhe destinara. Se, dizia o deputado mineiro, houvesse em São Paulo cinquenta ou sessenta estudantes, estes não teriam onde morar.

Casa de moradia não lhes haveriam de faltar. Se a cidade, que em 1835 Olavo Bilac — egresso do curso médico do Rio de Janeiro e ingressado no curso jurídico de São Paulo — houvera chamado “cidade pequena, feia e escura”, em verdade não possuía hospedarias em número suficiente para o acolhimento dos estudantes, os seus lhos ensinou a moradia coletiva em casas alugadas, tão sugestivamente chamadas de “repúblicas”.

Essas “repúblicas”, que existiram até os primeiros tempos deste século (de duas, uma à rua Ipiranga, quase na esquina da rua de São João, e outra à rua Maria Tereza, quase ao largo do Arouche, fui eu “repúblico” e foram o embrião do espírito acadêmico, que hoje se diria universitário, de que se engalanaram os moços que frequentaram as Arcadas do velho Mosteiro de São Francisco — constituíram os focos da formação moral, intelectual e cívica do Brasil, não havia muito ereto em Nação.

Com antevisão de que isso aconteceria, Bernardo Pereira de Vasconcelos se manifestou contrário à criação de Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo. Ele os preferia na Corte.

“Julgo”, orou o deputado mineiro, “que para a maior liberdade dos mestres e alunos na explicação e desenvolvimento das doutrinas, convém que por enquanto se estabeleçam estas aulas no Rio de Janeiro. Do contrário, não me admiraria se soubesse que o Presidente da Província, onde estivesse o Curso Jurídico, tenha mandado em ferros, para as fortalezas destas Côrtes, os professores e os estudantes como republicanos e incendiários”.

Não fálhou o pressentimento. Teve o deputado, que assim se exprimiu e viria a ser estadista de muito renome, por certo, em mente, que a instalação do Curso Jurídico, afinal localizado, pela lei de 11 de agosto de 1827, na cidade que fôra de São Paulo do Campo de Piratininga, viria a provocar a revivência do espírito autonomista e liberal dos bandeirantes, que um dia aclamaram Amador Bueno por seu rei; e, por sua ousadia, quebraram a verticalidade da linha de Tordesilhas configurando a fisionomia territorial do Brasil.

Temeu o parlamentar que os mestres e estudantes do Curso Jurídico de São Paulo viessem a ser republicanos e incendiários e fossem um dia mandados em ferros para as fortalezas do Rio de Janeiro; e a temência se converteu em realidade. Mestres e estudantes foram mandados em ferros para aquelas fortalezas e prisões em 1832; e dali para o exílio em Portugal.

Não tem sido realmente outro o fadário do Curso Jurídico de São Paulo. Seus mestres e estudantes, desde que os mestres foram os próprios estudantes, elevados às cátedras ao pé das quais se formaram, sempre entenderam que a missão histórica daquela casa não seria apenas a de dar ao país profissionais para os quadros da magistratura, do ministério público ou da advocacia, mas acima de tudo a de preparar homens que pudessem enaltecê-lo nas letras, nas artes,

na política e na administração pública, convertendo-se em sementeira de políticos e de estadistas como aconteceu.

De quantos se aproximaram das Arcadas Franciscanas, nenhum melhor exprimiu o espírito da mocidade que nelas se formou, do que Joaquim Nabuco. No colégio, escreveu o tribuno exímio da Abolição, “eu ainda não compreendia nada disto, mas sabia o liberalismo de meu pai, e nesse tempo o que ele dissesse ou pensasse era um dogma para mim: eu não tinha sido invadido ainda pelo espírito de rebeldia e independência, por essa petulância da mocidade, que me fará mais tarde, na Academia, contrapor às vezes o meu modo de pensar ao dele, em lugar de apanhar religiosamente, como eu faria hoje, cada palavra sua”.

Esse espírito de independência e de liberalismo constituiu ontem como ainda hoje, o apanágio e o galardão de honra dos jovens senhores do Território Livre do Largo de São Francisco.

Naquele tempo, relembro o advogado incomparável do Brasil em seus conflitos territoriais, “dominava a Academia, com a sedução de sua palavra, o segundo José Bonifácio. Os “leaders” da Academia, Ferreira de Menezes, que, apesar de formado, continuava acadêmico e chefe literário da mocidade; Castro Alves, o poeta republicano de GONZAGA, bebiam-lhes as palavras, absorviam-se nele em êxtase. Ruy Barbosa era dessa geração; mas Ruy Barbosa, hoje a mais poderosa máquina cerebral do nosso país, que pelo número das rotações e força de vibração faz lembrar os maquinismos que impõem através das ondas os grandes transatlânticos, levou vinte anos a tirar o gênio de seu talento, a temperar e a endurecer, o aço admirável que é agora o seu estilo”.

Assim foi a Academia; assim há de ser: em tocos o; tempos, liberal. Abolicionista da escravidão, foi federalista e republicana. Abolicionista, o seu lema era o do trabalho livre na terra livre; republicana, era federalista, para que São Paulo, autônomo e livre, depois de ter assegurado a integridade territorial do Brasil, pudesse trabalhar para que, com o seu próprio desenvolvimento, ele se convertesse numa grande Nação.

Na República, não se esmoreceu a velha Academia, antes permaneceu atenta e solícita para a salvaguarda de suas próprias conquistas, pelejando para a manutenção de seu alto espírito e a conservação de sua fidelidade a si mesma. Nisso, jamais tergiversou. Quem lhe compulsar a história verificará que, em todos os transe da vida nacional, ela se conservou igual a si mesma. Notícia inexistente de boa causa por que não houvesse batalhado, consciência de seu papel e de seu prestígio.

Estavam a escoar-se os três primeiros lustros deste século. Via-se o momento incerto ao qual se hoje se vive, de muito maior gravame em razão de sua amplitude o que ora se passa. Coube, naquele tempo, a um poeta dar o brado de alarma para despertar a consciência cívica da Nação. Não quis, porém, proferi-lo no deserto. Tendo sido um dos estudantes do velho Mosteiro de São Francisco, bem se apercebeu de que sua palavra de apóstolo em suas Arcadas encontrariam ressonância a fim de repercutir em todo o país.

“Uma onda desmoralizadora de desânimo avassalava tôdas as almas” — pregou o poeta. Era Olavo Bilac. “Não há em cada alma a centelha criadora, que é a consciência da força e da bondade, e de alma para alma não há uma corrente de solidariedade, de crença comum e de entusiasmo, que congregue todo o povo em uma mesma aspiração. Hoje, a indiferença é a lei moral; o interesse próprio é o único incentivo. O “arrivismo” — hediondo estrangeirismo com que se exprime uma enfermidade ainda mais hedionda — epidemia moral, que tende a transformar-se e a enraizar-se como endemia, envenena todo o organismo social e mata todos os germes da dedi-

cação e da fé: cada um quer prosperar, brilhar, e enriquecer depressa, seja como fôr, através de tôdas as traições, por cima de todos os escrúpulos. Assim, a comunhão desfaz-se e transforma-se em acampamento bárbaro mercenário, governado pelo conflito das cobiças individuais”.

Eis retratado não o de ontem, mas em verdade o país de hoje: “acampamento bárbaro e mercenário lançado na Academia de São Paulo, que também foi sua, como de outros poetas, a campanha pelo serviço militar obrigatório e generalizado, a fim de substituir o exército profissional que então tínhamos, e covolá-lo em exército cívico, de que coparticipassem todos os brasileiros natos, tanto que atingissem a idade propícia ao serviço militar.

“Desta velha casa”, perorou o poeta, “de entre estes sagrados muros, que esplendem de tradições venerandas, dêste quase secular viveiro de tribunos e poetas — daqui saíram, em rajadas de heroísmo, em ímpetos de entusiasmo, as duas campanhas gloriosas, que foram coroadas pela vitória da Abolição e da República. Estruja de novo a casa! estremeçam de novo os muros! e de novo palpitem e hinos de aviário canoro, cheio de ressonância e de gorgéis de bondade! Inaugurei, moços de São Paulo, a nova campanha!”

E os moços de São Paulo a inauguraram. O paladino chegou no momento oportuno; e venceu. Já estava em preparo, pelos moços das Arcadas, o lançamento de movimento cívico e patriótico. Estava em ebulição a patriotada a ponto de explosão. Pleiade de moços nisso se empenhavam, alguns já levados, pela lei da morte, para o outro lado da vida, como Clóvis Ribeiro, Amado Sarti Prado, José Alves Cerqueira César Neto, Abelardo Vergueiro César, Waldomiro de Almeida Vergueiro, Thomaz Lessa, Jairo de Góis, Joaquim Sampaio Vidal, Arnaldo Vieira de Carvalho Filho, Raul Afonso Machado, Antonio Carlos de Abreu Sodré, Mario Bastos Cruz, Américo de Moura, Tito Friates da Fonseca e outros. Outros, graças a Deus, ainda vivem e são Júlio Mesquita Filho, que, com Clóvis Ribeiro, foi o iniciador do movimento Prudente de Moraes Neto, Christiano Altenfelder Silva, Francisco Mesquita, Antonio Pereira Lima, Horácio Lafer, Francisco Malta Cardoso, Octávio Paranaguá, Cyro Freitas Vale, José Soares de Melo, Ernesto de Souza Campos, Henrique Neves Lefevre, Cid Castro Prado, Afonso Paes de Barros, Vicente Ancona, Francisco Alves dos Santos Filho, Teotônio Monteiro de Barros Filho, Orlando de Almeida Prado, Arthur dos Santos, João Mendes Neto, Paulo Arantes, Henrique Vilaboim, Rafael Sampaio Filho, José Leonel de Rezende, Arquimedes Guimarães, Paulo Nogueira Filho Antonio Feliciano, Alberto Sabóia e outros.

Três professores supervisionaram o movimento nacionalista — Pedro Lessa, Reynaldo Porchat e Frederico Vereneiro Steidel. Sob tais ausílios, a campanha bilaciana entrou imediatamente em execução, assim que se abriu a inscrição do voluntariado para as manobras do Exército que se realizariam no campo de Gericoim, no Rio de Janeiro. Os quatro lugares destinados aos voluntários paulistas tiveram que estender-se para trezentos estudantes da Faculdade de Direito, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina, que vestiram e enobreceram com o seu entusiasmo e seu ardor cívico, as fardas do Exército Nacional.

Esse entrosamento dos moços das três casas de ensino superior ensinou a primeira instituição universitária de São Paulo — a Liga Nacionalista, criada em 1917, cuja primeira diretoria se compôs de Frederico Vergueiro Steidel, professor da Faculdade de Direito, como Presidente; do professor Paula Souza, diretor da Escola Politécnica, como primeiro Vice-presidente; e do professor Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina, como segundo Vice-presidente.

Tocou a tesouraria a um antigo aluno da Faculdade de Direito — José Carlos de Macedo Soares; e a secretaria a um estudante, Abelardo Vergueiro César, que lhe deu o dinamismo de seu eficientíssimo entusiasmo de realizador.

Tinha a Liga Nacionalista por programa manter e desenvolver o espírito de solidariedade nacional e a coesão material das unidades federadas, propugnando pela verdade eleitoral por via do voto secreto e obrigatório, combatendo a fraude eleitoral; pelo desenvolvimento do ensino superior, secundário e primário, e profissional; pela difusão, em tôdas as camadas sociais, da educação cívica e do culto do patriotismo, exaltando-o; pelo estudo dos problemas condizentes com a prosperidade e dignidade do país; pelo fomento da criação das linhas de tiro; pelo zelo da boa execução das leis de preparo e organização militar; e pelo aprimoramento do ensino da língua e da história do Brasil e obrigatoriedade de seu ensino nas escolas estrangeiras.

Não é este o ensino para fazer a história da atuação da Liga Nacionalista, senão apenas para salientar que, em dois momentos, ela prestou serviços assinalados à população de São Paulo, assistindo-a e socorrendo-a, assim na epidemia da gripe de 1918, como na ocupação de São Paulo pelos revolucionários de 1924, chefiados pelo General Isidoro Dias Lopes, que lhe valeu o fechamento, por decreto do então Presidente da República — Arthur Bernardes.

Desaparecida a Liga Nacionalista, seus membros, em boa parte, lhe recolheram o espólio de idealismo e de atuação cívica e patriótica, concorrendo para a formação do Partido Democrático, em 24 de fevereiro de 1926, na Chácara do Carvalho, a antiga mansão do Conselheiro Antonio Prado, que foi seu primeiro presidente, sucedido pelos professores Luiz Barbosa da Gama Cerqueira, Francisco Morato, José Joaquim Cardoso de Melo Neto e Waldemar Ferreira, da Faculdade de Direito.

Dêse partido e igualmente do Partido da Mocidade, coparticipou ativamente a mocidade dos cursos superiores de São Paulo, que continuou, por via dele, a bater-se pela moralização dos nossos costumes políticos, especialmente pela implantação de regime eleitoral que tivesse por base o voto secreto e obrigatório e sua aprovação e reconhecimento dos eleitores por Justiça especial, que assegurasse a expressão da vontade popular a todo transe.

O ambiente geral do país, naquela fase histórica, insuspeitamente observou José Maria Belo, “era o mais propício às oposições. Se o entusiasmo das massas populares, que acorrem aos “meetings” nos logradouros públicos, era antes de superfície, entusiasmo de multidões prestes sempre a comover-se com palavras e promessas demagógicas, mais sincero se afigurava o apoio das classes que poderiam ser chamadas burguesas, de baixo, médio e, mesmo, alto nível. O regime oligárquico da República, herdado do Império, não permitiria jamais governos de essência popular, o que não impediu, aliás, que, em certos momentos, ao impacto das circunstâncias extraordinárias, alguns deles — teria sido o caso de Floriano Peixoto — parecessem simbolizar os sentimentos das grandes maiorias. Desde a campanha civilista de Ruy Barbosa, ter-se-iam acentuado o insularismo e a impopularidade dos governos, agravados fortemente na sucessão de Ebitácio Pessoa. Os chefes do executivo federal, como os dos Estados, encarnariam os aparelhos de compressão das liberdades públicas e da corrupção política e administrativa, capazes por si só de justificar as revoluções...”

Não era diverso o sentir da Faculdade de Direito de São Paulo da qual mestres e estudantes, em boa parte, se empenharam na luta contra aquele regime. Não têm cabida, neste passo, particularizações que poderiam parecer ociosas. É de re-

lembrar todavia que no embate partidário daquele momento histórico, nos últimos dias de julho de 1930, o país se emocionou com o assassinio de João Pessoa, numa confeitaria, em Recife.

Comungando da grande mágoa, que enlutou a Nação, os estudantes lhe homenagearam a memória, colocando ao pé da estátua do segundo José Bonifácio, que então se erguia no Largo de São Francisco, um retrato cercado de flores, do político paraibano, exposto à consagração popular. Foi nos primeiros dias de agosto de 1930. Improvisado comício, em que oraram os estudantes José Dias de Menezes, João Baptista de Arruda Sampaio, Lauro Cerqueira César, Romeu Lourenço, Henrique Brito Viana, Fernando de Martino, Farcy Miranda, Paulo Marzagão, resolveu o povo desfilar pelas ruas do centro da cidade, levando à frente a bandeira nacional. A isso se opôs a polícia. Arrancada pelo delegado a bandeira, seguiu-se tiroteio por parte dela, a que os estudantes responderam com as armas que retiraram da sala de armas da Faculdade de Direito, havendo necessidade da intervenção, solicitada pelo diretor da Faculdade de Direito, de forças do Exército. Para a cessação do conflito que resultaram ferimentos e morte.

Os estudantes naquela emergência, com o apoio dos mestres, com eles solidarizados, agiram com indissolúvel bravura cívica, que se engrandeceu. Precipitaram-se acontecimentos políticos de tal monta e de tão grandes reflexões na vida nacional, que o movimento revolucionário de 3 de outubro de 1930 se tornou vitorioso, erguendo novos marcos na trajetória histórica do país.

Dessa revolução participei eu, assim nos labores de sua propagação, quanto nos de sua eclosão, convencido de que bem cumpriria meu dever de cidadão e de patriota, nas fileiras do partido a que pertencia e de que tive a fortuna de ser um dos fundadores e seu derradeiro presidente. A revolução de 1930 se desfez por imperativo histórico na sua indomável fatalidade; e era inevitável diante dos erros políticos que se haviam acumulado e contra os quais eu vinha me batendo desde a juventude. Minha palavra pela reconstrução de nossos costumes políticos se fez ouvir desde os pampas sulinos às regiões adustas do setentrão brasileiro. Orei com o entusiasmo dos convictos e a coragem dos paladinos. Jamais me arrependi daquela pregação cívica, ditada pela sinceridade de minha consciência, amiga fidelíssima, que nunca me traiu. Ainda agora, neste estádio crepuscular de minha vida, ela me premeia com o consolo suavíssimo e reconfortante o qual o dever cumprido proporciona aos que ariram sempre de boa fé, e com dignidade, como que iluminados de centelha divina.

Não tive, nem tenho do que penitenciar-me. A penitência é o castigo que a consciência impõe aos que, submetendo-se a auto-crítica reconhecem os seus pecados e por meio dela buscam a redenção espiritual. No tumulto de minha carreira política, não me sobrou tempo para pecar. Pudesse eu readquirir a energia daqueles dias e certamente eu tomaria sobre mim, de novo, com as responsabilidades de igual conduta, perseguindo o lábaro das reivindicações contra a situação política do momento que passa, de maior e mais desabusado gravame do que os que me levaram àquela labuta, de que me envidedei.

Idealista, sem ter tido nunca a preocupação de postos e cargos, de riqueza muito menos, senão de encargos e de sacrifícios, eu me engajei no movimento revolucionário de 1930 para a realização dos postulados políticos que aprendi, como estudante, na Faculdade de Direito, e depois de formado, como antigo aluno, me levaram às fileiras da Liga Nacionalista.

As revoluções todavia não correm serenamente como as águas dos rios em seus leitos; e mesmo das águas no seu percurso para

o rio ou para o mar, sofrem anteparos que as fazem borbulhar em cachoeiras, e derramem-se pelos espraiados, formando regiões pantanosas e até pestilentas. Quebradas as barragens da ordem jurídica, as águas revolucionárias subvertem quando inaptas para a purificação.

Quem teria, em 1930, senso divinatório tão arguto para prever que o vitorioso de então, que veio para o governo no embalo da onda revolucionária para a chefia do governo Provisório da República e se mostrou tão desabusado no seu poderio, quão aplaudido pelas turbas, que o endusaram, haveria, ele próprio, por suas próprias mãos, condenado por sua consciência na auto-crítica a que se submeteu, de por terno, trágicamente, a sua vida, afogado no mar de lama e de misérrimas miseráveis em que afundou a Nação, que é a nossa, muito mais do que era dele?

Se o ditador de 1930, que o foi, com interregno de pouco mais de um lustro, até 1954, se penitenciou de seus erros, que foram imensos, e de seus pecados, que foram mortais, flagelando-se moral e fisicamente — nós outros, os que dele desquitamos logo depois da vitória e o combatemos, de armas nas mãos, aqui estamos agora a bem dizer a Deus por nos ter dado a graça da comemoração de nossa rebeldia, na explosão justa de um povo ferido em sua autonomia e em sua liberdade. Levantemos as mãos ao alto pela beatitude de nossa insurreição gloriosa, dominada, mas invicta!

Desfechamo-la quando, em manifesto de 13 de janeiro de 1932, dirigimos, os de meu partido, à Nação, dando as razões de nosso rompimento. “Se é certo”, dissemos, “que a humanidade passa por uma crise universal, não é menos que essa crise que se depara agravada por nossos desatinos, precisamente em um país que pelas suas condições excepcionais podia de certo modo forrar-se dos sofrimentos e precariedades que afligem o mundo inteiro. Precisa mudar de rumo a ditadura — a ditadura que em quatorze meses de poderes discricionários não logrou realizar uma obra ou reforma de relevo e que assinala a fase mais estéril que pontilha na história de sua formação. Se preservar nos enganos e esterilidade de sua visão financeira, econômica e política, o futuro há de fugirá-la em julgamento severo e irreversível. Entregue-se aos Estados o governo dos Estados; venha a Constituinte e estaremos salvos. Para atingir esse duplo escopo, o Partido Democrático desfralda sua bandeira de combate, ao lado do pavilhão de São Paulo e do Brasil, conclamando as energias de seus patriotas para uma ação conjunta, em defesa da causa comum”.

A repercussão desse documento foi imensa: ecoou fundamente em São Paulo, como em todo o país. Decorrido um mês, os dois partidos, que até então se haviam degladiado na arena política — o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, esquecendo mágoas recíprocas, abafando ressentimentos mútuos, ciosos apenas da restauração da dignidade de São Paulo, se deram as mãos, unindo-se leal e nobremente. Reitero, nesta noite, aos que foram nossos adversários nosso reconhecimento pela alta expressão de despreendimento pessoal e de insuperável bravura com que agiram naquele transe: se, de resto, éramos adversários uns dos outros, entre nós existia estima e amizade pessoal que serviu de penhor a nosso entendimento cívico e patriótico.

Aquêles dois partidos, em manifesto comum, de 16 de fevereiro de 1932, anunciaram “a seus correligionários, aos seus conterrâneos e quantos aqui colaboram no desenvolvimento de nossa grandeza moral e econômica, que estava feita a união sagrada dos paulistas em torno dos dois problemas que envolvem tôdas as nossas esperanças e destinos: a pronta reconstrução do país e a restituição a São Paulo da autonomia de que havia dezesseis meses se achava esbulhado”.

Essa aliança, formada numa única diretriz e disciplina, animada de sentimentos da mais absoluta cordura, lealdade e imparcialidade, sobretudo sincera, dizia o manifesto do que chamou a Frente Única de São Paulo, só havia de repousar ou dissolver-se quando houvesse atingido e plenamente assegurado o duplo e supremo escopo que a todos congregou.

O desiderato era claro e preciso: e para atingi-lo, nós, os

Paulistas, ficou subentendido, usá-riamos de todos os recursos compatíveis com a nossa dignidade. Advertida se achou a Nação de nosso propósito; e este somente poderia ser alcançado com a conjunção de todas as correntes dispersas ou discordantes, que se fraternizassem para conjurar, mercê de esforço comum, o perigo que corríamos na ordem federal e remir São Paulo das aflições que o vinham atormentando.

A jornada reivindicatória, que então se lançou, não podia ser mais de nenhum partido ou agrupamento: requeria o concurso uníssono de quantos em São Paulo haviam nascido ou nele conviviam, sem distinção de procedências e de credos religiosos ou políticos; mas reclamava, principalmente, para seu êxito, a ajuda dos mocos com a ajuída de sua irremissível energia.

Eles, mais o compreenderam do que adivinharam. O apelo, a todos dirigidos, a eles especialmente se endereçava. Sem seu apoio e concurso nada se realizaria gloriosamente. A mocidade em ação é a posteridade a anteceder-se, julgando o futuro ao presente por um desses paradoxos frequentes na vida dos povos.

Os estudantes da Faculdade de Direito se puseram em sessão permanente, se assim se pode dizer, do C. A. "XI DE AGOSTO" a "ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA VETERANA" cujos dias se contam por feitos felizes, que a engrandecem.

Se a recepção dos calouros de 1932 se comemorou com prestígio, que percorreu as ruas do centro da cidade, ostentando carros de crítica à situação do governo federal e aos seus delegados em São Paulo, as reuniões em públicas se sucederam, grupais e avassaladoras.

Já haviam então os estudantes formado a Liga Paulista pró Constituição, em favor da normalização da vida nacional pela reintegração do país no regime de lei, por via da qual tomaram a iniciativa de comícios numerosos que embolgaram a opinião pública e que se sucediam com grande êxito.

Ganha, pelo povo paulista, a jornada de 23 de maio de 1932, com a constituição, pelo Embaixador Pedro de Toledo, de governo do Estado com secretários saídos das fileiras dos dois partidos que constituíam a Frente Única de São Paulo, o episódio de 9 de Julho foi a sua seqüência natural e lógica.

Quando a revolução constitucionalista explodiu, a Faculdade de Direito imediatamente se transformou em quartel, tomada que ela foi pela M.M.D.C., a organização secreta que tinha sido a Guarda Paulista, organizada logo depois de 23 de maio. Cada estudante se transformou em soldado. Todos os postos, que haviam sido preparados, na noite de 8 de julho se achavam prontos para as primeiras providências de ordem militar; e os diversos pelotões e companhias confluíram para o Largo de São Francisco, ficando a Faculdade de Direito guardada pela companhia formada no Largo das Perdizes, a primeira militarmente organizada e que foi a que constituiu o 1.º Batalhão da Milícia Civil, colocada sob o comando de um antigo aluno daquela Casa, bacharel formado, Romão Gomes, oficial da Força Pública de São Paulo.

Como, em 23 de maio, entre nós se achava um Ministro da ditadura — o sr. Osvaldo de Aranha, outro entre nós se encontrava no dia 8 de julho e dentre alguns hóspedes do governo — o sr. Salgado Filho, cujo nome profiro com o devido respeito, em homenagem à sua memória um e outro merecedores de minha estima. A presença deste constituía embaraço, que estava remover, com o seu regresso para o Rio de Janeiro, naquela mesma noite, pelo noturno da Central do Brasil.

As 15 horas, mais ou menos, distinguiu-me Salgado Filho com sua visita, na Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. Supus que se achasse cientificado de que nos últimos minutos daquele dia a revolução constitucionalista se declararia. A cidade, desde a manhã se achava apreensiva, em atmosfera de grandes acontecimentos, em lusco-fusco dos grandes instantes históricos. Minha suposição logo se desfez: ou de nada se apercebera; ou se fechara em discreta silenciosa. O que me manifestou ele foi apenas seu agradecimento e de sua Exma. Senhora pelas atenções com que

tinham sido distinguidos pelo governo.

Retirando-se, acompanhei-o até ao alto da escadaria do edifício, na qual ele se encontrou com Thyroso Martins, saudoso companheiro a quem dedico nesta referência a homenagem de meu apreço por sua memória, e meu chefe de polícia, ao qual o Ministro reiterou os agradecimentos que me externara.

No meu gabinete, interrogou-me Thyroso Martins onde deveria recolher preso o Ministro do Trabalho e quais as instruções que lhe dava a esse propósito.

— Não, retruquei; não vale a pena prendê-lo, a menos que, até a hora de seu embarque, ele se manifeste de maneira a exigir a prisão. Preso incômodo será ele, que se acha, de resto, acompanhado de sua Exma. esposa. Nem será útil sua prisão para a causa revolucionária. Muito melhor será devolvê-lo para o Rio de Janeiro, com as honras de seu alto posto.

Com as honras a que tinha direito, embarcou o Ministro do Trabalho para o Rio de Janeiro, onde foi ter notícia do surto revolucionário constitucionalista, quando lá desembarcou, na Estação Pedro II.

Mal o comboio partiu da Estação do Norte, determinei que todos fossem tomar conta das missões, que lhes cabiam; e eu rodei para a Faculdade de Direito, onde se preparava a mocidade para o que desse e viesse.

Recebido por ela entre os maiores aplausos e gritos heróicos de insurreição, só então senti que a transmutação se operava, conver-

tendo-me de Secretário da Justiça em Secretário de Guerra, pois que em guerra se convolou o que deverá ter sido apenas uma revolução, em poucas horas vitoriosa ou vencida.

Todos os estudantes se entregaram desde aquela noite, aos misteres da ordem militar; e da Faculdade de Direito partiu no dia seguinte, para o setor que lhe havia sido designado, o primeiro batalhão armado pela M.M.D.C., formado de voluntários, na maior parte estudantes, sob o comando do Major Romão Gomes, que se revelou cabo de guerra de invulgares qualidades.

Dias depois a Faculdade de Direito cerrou suas portas. Emudeceram-se as suas cátedras. As Arcadas gloriosas ficaram a aguardar, no seu silêncio monástico, a volta dos que tinham partido para a luta pela reconstitucionalização do país e a autonomia de São Paulo!

Dos professores, um deles, que, como livre docente, doutrinava direito constitucional e direito internacional, se alistou como soldado raso no Batalhão Piratininiga. Foi Manuel Francisco Pinto Pereira. Os demais, na retaguarda, cumpriram os seus deveres; e, no dia 11 de agosto, fizeram chegar, em cada trincheira, autografada, uma saudação, de afeto e de reconhecimento, em palavras simples, mas comovidas, a saber:

"No dia em que se comemora a fundação dos cursos jurídicos, a Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo envia comovidamente aos alunos, de que tanto se orgulha, a sua saudação

muito afetuosa e a afirmação de sua confiança inteira na vitória da causa da lei e da liberdade."

Essa mensagem recebeu a assinatura dos professores Alcântara Machado, João Arruda, Manoel Pedro Vilaboim, Cândido Mota, Reynaldo Porchat, Rafael Sampaio, Francisco Morato, Sampaio Dória, Cardozo de Melo Neto, Braz Arruda, Mario Mazagão, Waldemar Ferreira, Gama Cerqueira, Noé Azevedo, Jorge Americano, Laurentino de Azevedo, A. de Almeida Jr., e Honório Monteiro.

Vencida a revolução constitucionalista, tomou o governo de libertações a que ninguém desobedeceu. Nenhum de seus membros, como nenhum dos que mais de perto o auxiliaram, buscariam asilo em consulado ou fugiria a fim de eximir-se das responsabilidades, que lhes cabiam, fôssem quais fôssem. Cada um ficaria em sua casa à disposição da ditadura; mas antes que isso se verificasse, se procedeu ao balanço das despesas feitas, que ficou, em original, arquivado na Secretaria da Fazenda, com esta nota em seu fecho:

"Coletivamente declaramos assumir inteira responsabilidade das despesas constantes desta relação (cujas páginas vão devidamente rubricadas) na importância total de 111.569:299\$400 (cento e onze mil quinhentos e sessenta e nove centos, duzentos e noventa e nove mil e quatrocentos réis), todas decorrentes da Revolução Constitucionalista de 9 de julho corrente ano. Palácio do Governo do Estado de São Paulo, ao 1 de outubro de

1932. (a). Pedro de Toledo, Waldemar Ferreira, F. E. da Fonseca Teles, Francisco da Cunha Gonçalves, J. Rodrigues Alves Sobrinho, Joaquim A. Sampaio Vidal, Paulo de Moraes Barros".

Dos professores da Faculdade de Direito, três foram despejados, em 18 de dezembro de 1932, no Cais do Alcântara, em Lisboa, terra de seu exílio — Manoel Pedro Vilaboim, Francisco Morato e Waldemar Ferreira.

Dos antigos alunos, estes não retornaram às Arcadas, de onde haviam partido, quase todos do Batalhão 14 de Julho, que operou no setor sul, sob o comando do bravo militar que é o Coronel Basílio Taborada. Os nomes desses moços, que com tanta galhardia e bravura se bateram pela reconstitucionalização do país e pela autonomia de São Paulo, estão gravadas no mármore do monumento sugestivo que lhes assinala a presença espiritual nas Arcadas, como de nomes dignos de respeito e heróis merecedores de consagração imorredoura das gerações que o contemplarem.

José Maria de Azevedo, bacharel recém formado, como César Pena Ramos, que recebera seu grau dias antes da partida para a frente sulina; e os alunos Argemiro Alves Silvestre, Ary Carneiro Fernandes, Nélcio Baptista Guimarães, e Hermes de Oliveira César, eram paulistas, em cujas veias batia sangue de bandeirante, que os movimentava e levava em busca de seus destinos, com o mesmo desassombro impávido com que seus maiores desbravaram a terra virgem e selvagem

na transposição da linha Torde-silhana.

Não era dessa estirpe José Preisz. Alto, espaduado, olhos esverdeados, cabelos alourados, fisionomia de homem concentrado e enérgico, ele me chamou a atenção, desde que o vi nas minhas aulas. Impressionou-me; e dele guardo lembrança que não dissimulo. Vindo de terras longínquas, estrangeiro, poderia ter ficado estranho à revolução constitucionalista. É que ele trazia em seu íntimo o espírito de rebeldia contra a opressão em que sua terra se consumia; e não teve como deixar de bater-se pela autonomia da terra que seria a de sua pátria de adoção, ao lado de seus companheiros de estudos jurídicos, com eles formando o seu sentimento de liberdade sob a égide da lei.

José Preisz era húngaro. Sua morte, leio em "Cruzes Paulistas", "foi trágica e sublime. Morreu combatendo corpo a corpo com um oficial gaúcho, que também foi ferido. O trágico acontecimento se deu entre Salto Grande e Ourinhos, à margem do Rio Pardo, provavelmente a 27 ou 28 de setembro".

Ele se embebeu do alto espírito da Faculdade de Direito.

Ponhamo-nos de pé, um instante, bemdizendo os nomes desses moços heróicos, que estão a engrandecer a história de São Paulo e as tradições das Arcadas de São Francisco!

WALDEMAR FERREIRA

**WALDEMAR MARICONDI**

ADVOGADO

RUA MARCONI, 124  
12.º andar - Salas 1.208/9  
Fones: 34-3850 e 35-0888

**Ary Silva**

Paulo Motta  
Milton da Luz Motta  
ADVOGADOS

RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 278  
4.º andar - Sala 402  
Fones: 32-8043 e 32-2948

**Enéas Cesar Ferreira**  
**Felix de Camargo Ferreira**  
**Mario de Camargo Ferreira**  
**José Bonifácio Ferreira**  
ADVOGADOS

Rua Wenceslau Brás, 16 - 9.º  
Fones: 32-2965 e 32-8208

**JOAQUIM DELFINO RIBEIRO**  
**DA LUZ**  
ADVOGADO

PRAÇA CARLOS GOMES, 67  
13.º andar - Conj. "L"  
Fone: 32-2608

**J. P. DA VEIGA PACHECO**  
**ISAÍAS ANDRADE SOBRINHO**  
**HEITOR CARLOS DE SIQUEIRA**  
**FERREIRA**  
ADVOGADOS

AV. CASPER LÍBERO N.º 58  
13.º andar - Fone: 33-3260

**PERCIVAL DE OLIVEIRA**  
**GUILHERME PERCIVAL**  
**DE OLIVEIRA**  
ADVOGADOS

RUA MARCONI, 34 - Conj. 32  
TELEFONE: 35-3336

**ADOLFO MARCONDES PEREIRA**  
**GISELDA LAVORATO PEREIRA**  
ADVOGADOS

RUA SENADOR FEIJÓ, 176  
9.º andar - Salas 916/919  
TELEFONE: 37-5846



É IMPORTANTE QUE VOCÊ  
FAÇA BONS EXAMES...  
e principalmente  
bons cursos!

Todos esperam bastante de sua dedicação e otimismo! Logo você irá aplicar seus conhecimentos nos mais diversos setores de nossa atividade... Então, o Brasil estará pelos seus pés... É importante você prestar bons exames, como consequência de um curso bem feito, pois cada lição aprendida representa nova promessa de um futuro melhor e ainda mais grandioso! A General Motors do Brasil tem proporcionado cursos especiais e treinamento técnico a centenas de estudantes brasileiros, no território nacional como no estrangeiro, estando assim integrada na vida estudantil.



GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.

(Conferência pronunciada pelo poeta GUILHERME DE ALMEIDA no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1957)

Meus camaradas!

Porque vós sois São Paulo, e porque eu sou Paulista, mandastes e obedeci. Que eu aqui viesse, na vigília do XXV aniversário da Nossa Guerra, fazer a derradeira evocação ritual — foi a ordem. E eis-me a cumprí-la.

Toda uma noite — do apagar-se ao acender-se o sol — passei ante mim mesmo, duplicado por desfocalização, a saudade em 1957 e o pensamento em 1932, a perguntar-me e responder-me. E é esse depoimento que aqui está, intacto, e, intacto, vos ofereço.

“ROTEIRO DO EXÍLIO”... Quando, como, onde começou o exílio dos condenados, “criminosos” do Nove de Julho? Foi na manhã de 10 de outubro de 1932 que nós, os pseudo-derrotados de 28 de setembro, recebemos um “convite” telefônico para estarmos às 20 horas, SE PUDÉSSEMOS, na Secretaria da Segurança Pública, a fim de prestar declarações. “Se pudéssemos” — dizia o “vencedor”. E todos pudemos. Nem um único faltou. Sabendo, embora, instintiva e intuitivamente, o que significava aquele convite, todos nós comparecemos. E iam chegando, na noite calada e apreensiva da cidade conquistada. Galgados os degraus de mármore do casarão do Pátio do Colégio, ouvimos da autoridade a notícia de que um comboio especial nos esperava numa estação suburbana da Estrada de Ferro Central do Brasil para levar-nos para o Rio, onde seria tomado o nosso depoimento. E dali, do bérço da nossa Cidade, partimos, num obscuro, silencioso cortejo até a plataforma acanhada de cimento sujo e luz mortíca. da estação de Guaiabuna, onde nos aguardava uma sombria composição de carros que teriam sido de primeira classe. Embarcamos. Na noite fuliginosa, a locomotiva resfolegou sem apito: e o trem rangente moveu-se numa pegajosa lentidão de lesma.

Dentro dos carros de portas guardadas por metralhadoras, estávamos procurando acomodação nos bancos de palhinha poída, quando, mal transposto o talude marginal, que continuava na sombra a plataforma da estaçãozinha triste, chamou-nos a atenção um estridente estilhaçar-se de vidros partidos. Uma grande pedra, atirada do alto da rampa sobre o leito da estrada, contra o comboio dos Paulistas presos, espantou o vidro da janelinha ao pé. Assim, evangêlicamente, contra os pecadores, que partiam, houve alguém — um inocente — que atirou a primeira pedra...

Longa, de quase vinte horas, foi a viagem rumo à Capital Federal. Era rígida a vigilância armada contra os viajantes, como se pudéssemos fugir aqueles que NÃO PUDERAM recusar o “convite” da Polícia...

Chegada ao Rio, pela tardinha. Entrando num desvio, o trem vem encostar-se à plataforma da estação de Alfredo Maia. E aí, à medida que desembarcamos, somos devidamente escoltados, metidos em autos de praça que nos conduzem à Casa de Detenção do Distrito Federal. Esperamos aí, desoladora como um dormitório de internato, a Sala da Capela: peça estreita e comprida, duas longas filas de leitos ladeando a mesa grande de tábuas sobre cavaletes, estirada ao centro. São vinte dias de incertezas, que aí passamos esperando — o que? — Nem o indagávamos. Bastava-nos sentir que era aquilo uma nova trincheira paulista, que defendíamos de BAIONETAS CALADAS: o nosso SILENCIOSO PENSAMENTO. Uma noite...

São 9 horas da noite de 31 de outubro de 1932, quando o presidiário Pedro, que nos servia, irrompe pela Sala e, batendo palmas, transmite a ordem recebida: “Pessoal! Aprontem as trouxas que vai tudo partir!”

Partir?... Para onde?... Não importa: São Paulo irá conosco. Ou somos nós que iremos com Ele. Não andou o Apóstolo “in itineribus saepe?”...

Avisadas, pessoas de nossas famílias vêm assistir, além das grades do pátio da prisão, nossa partida sob as armas vencedoras. Há um silêncio pesado, como de co-

# ROTEIRO DO EXÍLIO

rações parados, na noite equívoca. Súbito, uma voz de mulher grita sem medo: — “Viva São Paulo!” E responde, abafada, uma voz de homem: — “Viva!”

Sempre escoltados, dois a dois, somos metidos em taxis que nos levam a um caissoturno, de onde uma lancha nos transporta para bordo de um navio fundeado ao largo.

Nossa primeira noite no barco-presídio. Gente armada, agentes de polícia por todas as dependências. O despertar do Dia de Todos os Santos. E, pelo anoitecer, uma grande lancha que vem de terra, fretada, com parentes e amigos nossos trazendo-nos roupa (que era pouquíssima a das nossas trouxas), doces, bombons, cigarros...

E cai sobre o mar a segunda noite, em torno do barco inegmático. Pela madrugada, somos despertados por um leve tremor de máquinas e um ligeiro balouço que faz dançar as roupas nos cabides. Dos beliches, pelas vigias, entretemos o esverdeado do céu madrugando... Já passávamos a Pedra da Lage — e íamos barra-fora. Era o Dia de Finados de 1932.

Agora, a inspeção do barco. Era o “Pedro I” um velho ex-alemão. Apenas um terço das máquinas funcionando. Casco remendado a cimento; calado a mais de um metro abaixo da linha de flutuação; nem um só escaler de salvamento; nem um único salva-vidas nas cabines... E assim, sem condições de navegabilidade, navegava o “Pedro I” milhas e milhas fóra da rota comum...

Mas é lindamente consoladora a nossa irmanação a bordo. Sem saber para onde nos mandavam (será Fernando de Noronha?...), só nos restava pensar no de onde vínhamos: São Paulo... E, pensando, um de nós, num seu íntimo “diário de bordo”, escreveu, datada do dia 5 desse novembro, esta página:

## A CLANDESTINA

Bordo do “Pedro I”, 5 de novembro de 1932.

Não há mulheres a bordo? Há. Viaja conosco uma passageira clandestina, de volta a Portugal, seu país de origem.

Vive toda e sempre escondida. Nem a oficialidade, nem o pessoal de bordo, nem os agentes de polícia que nos espiam, nem a escolta que nos... que nos inveja — ninguém, ninguém notou ainda a sua presença entre nós, na prisão flutuante.

E no entanto, ela está por toda parte. E ela divide, a clandestina, por todos nós, o seu carinho santo, com a piedade generosa de uma irmã de caridade. Vai, de cabine em cabine, de mesa em mesa, de pensamento em pensamento. Senta-se no beliche, maternalmente, à cabeceira daquele que a insônia atormenta, e repete o gesto antigo que cobriu, como uma asa, o nosso bérço; apoia-se, como uma cruz suavíssima, ao ombro daquele que, sentado num ról de cordas da pópa, finge olhar o crepúsculo exangue; debruça-se sobre o que escreve ou o que lê, e conduz a mão sobre o papel, ou volta as páginas do livro...

Quando ela veio de Portugal, era loira e leve: parecia a “veluda” de D. Diniz, a “bem talhada”, a “delgada”, a “muito alongada de gente”, ballando “solo verde ramo froldo”. Mas aqui, nos trópicos americanos, queimou-se de sol e amolentou-se no balanço das rédes e das palmas.

E eis, agora, regressa mais lânguida e mais humana à sua pátria...

\*\*\*

Viaja conosco uma passageira clandestina de volta a Portugal, seu país de origem.

Ela é a SAUDADE.

Chegada ao Recife. O “Pedro I” lança ferros ao largo. E aí, sob os olhos, que pretendiam ser de arrogantes desde, do interventor da ditadura no Estado de Pernambuco, somos transbordados para o “Siqueira Campos”. E neste barco recebem do Itamarati os setenta e quatro prisioneiros paulistas passaporte ex-ofício válido para Portugal.

E’ mais desafogada a vida a bordo do “Siqueira Campos”... Não mais a vigilância armada. Tripulação compreensiva. Apenas, a ordem de escala única: Lisboa.

Passamos Fernando de Noronha. E’ notinha e estamos jantando, quando no horizonte marítimo se debuxam, ásperas e negras, as pedras de São Pedro e São Paulo. Última fimbria de terra brasileira, que vai sumir de nossos olhos, talvez para sempre... E é então que, espontaneamente, como um só homem, aqueles setenta e quatro expatriados — os indesejáveis atirados fora como rebotalhos humanos —, sentindo e compreendendo que quem os expulsava não era a pátria mas os seus falsos donos, ao perder de vista a sua terra, “sua” de verdade, em côro, numa voz única, de pé, entoam o Hino Nacional Brasileiro.

Apesar de tudo e de todos, nunca a bordo, nos faltou o bom humor. Uma ilustração? — Quando nos aproximávamos da Ilha da Madeira, embora sabedores da ordem de viagem direta, sem escalas, fomos, quatro ou cinco, em comissão, com muita seriedade, pedir ao Comandante que nos deixasse visitar a linda Ilha portuguesa do Atlântico. Éramos supersticiosos — alegamos — e gostaríamos de “tocar da madeira”...

Ante-véspera de nossa chegada a Lisboa. Reunimo-nos em assembleia no salão do “Siqueira Campos”. Precisamos combinar, acertar entre nós a atitude a manter em terra que, apesar de irmã no sangue e no espírito, é uma nação estrangeira. Seremos, certamente, cercados pela curiosidade natural da imprensa, na terra que nos irá hospedar. Não podemos, sem indecência, negar-lhe uma palavra. E redigimos uma entrevista coletiva — no seu conteúdo apenas uma saudação a Portugal —, dela tiramos cópias à máquina; e desembarcamos no cais do Sodré, cada um de nós com a folha de papel dobrada no bolso, para quem a pedisse. Era o dia 18 de novembro de 1932.

Apesar disso, desse nosso entendimento, que não podia ser mais patriótico, ao chegarmos a Lisboa, fomos surpreendidos por uma “nota” do senhor Embaixador do Brasil, divulgada pela imprensa, na qual nos aconselhava como nos devíamos portar no estrangeiro! Incrível! Ensinar-nos ética, a nós, que acabávamos de dar ao mundo, lutando pela reconquista da Lei, a maior lição de civismo que se possa imaginar!

Mas... Estávamos em Lisboa. Lisboa... Página de uma crônica escrita então:

Nota da Redação: — Conservamos, nesta crônica, a grafia da época, para não fugirmos a autenticidade da mesma.

## LIS... ÓPTIMA

Lisboa, fevereiro de 1933.

“Lisboa... Só “boa”? Não! E’ Lis... optima!

Foi a mocidade espirituosa, esportiva, alegre, guerreira, valente do meu patricio Tito Pacheco que, na sua expansão encantada e incontida, soube fazer, sem querer, por uma tarde de chá, esse “cablembour” exacto.

Optima!

E’ mesmo, em tudo e em todos, uma fartura, uma riqueza, um excesso de bondade que transborda.

E’ mesmo, em tudo e em todos, uma fartura, uma riqueza, um excesso de bondade que transborda.

Aliás, parece esse transbordamento, uma característica da raça. Vem de longe. Vem do fundo. Quando este povo, tão grande, já não coube neste território tão pequeno, transbordou destas praias occidentaes e rolou por mares inéditos em busca de mundos anônimos...

E a virtude typica continua a mesma. Quando, nas tabernas do povo, a frutinha vermelha cae dentro do copo de “ginjinha”, o líquido é tanto que escorre e lambe a táboa do balcão... O “garção” que serve um Porto numa “leitaria”, não profere o “Say when!” do estylo económico: deixa que o vinho toque à vontade os bordos do cálice longo e extravase francamente para o píres... Os “éclairs au Chantilly” da Bénard não são apenas uma flor de rethórica dos “menus”: são um

exaggero de crême alvo e leve que não se contem mais dentro do bolo e se entorna e se derrama largamente...

E duplica-se, e decuplica-se, e centuplica-se por nós todos — “touristes” da revolução paulista — esse transbordamento cariñoso.

Chegam senhoras paulistas a bordo de um transatlântico inglês. Chegam também ao mesmo tempo, por outro vapor, ingleses reumáticos que vêm para a cura “ensoleillée” dos Estoris. Na azafama da alfândega, todos se misturam. Mas as malas dos ingleses são examinadas meticulosamente, peça por peça; até os mais íntimos, delicados “undies” bem “post-Victorian” são sacudidos à luz meridiana... E a nossa bagagem é apenas aberta, nem sequer chihada, e é marcada a giz e passa...

Entro numa papelaria para comprar uma caixa de papel-de-cartas.

— São dezesseis escudos.  
— Mande entregar ao Hotel de...  
— Ah! Perdão! V. excia. é exilado...  
— Paulista.  
— Tem 15% de abatimento!  
— Lisboa... Só “boa”? Não!  
E’ Lis... optima!

Estava a findar-se em “Lisóptima” o Ano de São Paulo de 1932. Chegava o Natal. Como sabe essa festa do Advento do Senhor afinar a sensibilidade dos homens todos sobre toda a Terra! E o que seria ela para o homem longe da sua terra! Natal de exílio... Mas... Não! Não se é exilado, nunca, em Portugal. Eis que nas vésperas, do Natal nos vem, à minha mulher e a mim, um convite para a ceia tradicional num nobre lar português. Sabe-se bem o que isso é: a consoada, a festa da família e só da família, o jantar patriarcal ao qual não são admitidos estranhos. No entanto... Deixem-me recordar... A casa de Jorge Colaço e Branca de Gonta Colaço... Aquela tenda de artistas na Estrada da Luz em Benfca. A mesa enorme, farta e bela. Dona Branca, a poetisa, a filha de Thomaz Ribeiro, e Jorge Colaço, o pintor, sentados às cabeceiras. Aos lados, os filhos, e os afins, e os netos. E nós dois: minha mulher e eu, como filho. “Os meus meninos” — assim nos chamava a adorável Dona Branca. Ao lado, na imensa sala de estar, grandes telas em cavaletes vestu-ous de brocado, sumtuosos arreios mouriscos de prata cinzelada armados sobre colgaduras orientais, enquanto ardiam as largas brazeiras beirões de bronze lavrado... Mas o grande ornamento para aquela ceia de Natal era o centro da mesa: um “bow” de vidro cheio de terra, na qual espetava a sua haste uma pequena bandeira. E Dona Branca explicou aos “seus meninos”: — aquela terra, havia muitos anos, trauxera-a ela de São Paulo; e aquela bandeira era uma Bandeira Paulista!

Natal de exílio?... — Não! Essa larga hospitalidade, esse geral bem-querer com que éramos recebidos — mandam a Verdade e a Justiça que se diga — chegou a assumir, a bem dizer, caráter oficial. Mostrarei como e porque. Após sessenta dias de permanência em Portugal, como em muitos outros países, é necessária a emissão pela Polícia de uma “carta de residência”. O seu custo, em Lisboa, era elevado: parecia-me que uns 900 escudos. Ora, muitos dos nossos companheiros, quando foram embarcados, não tinham recursos financeiros que lhes permitissem tais despesas. Que fazem as autoridades portuguesas? — Emitem uma cédula especial gratuita.

Essa larga hospitalidade, esse geral bem-querer com que éramos recebidos — mandam a Verdade e a Justiça que se diga — chegou a assumir, a bem dizer, caráter oficial. Mostrarei como e porque. Após sessenta dias de permanência em Portugal, como em muitos outros países, é necessária a emissão pela Polícia de uma “carta de residência”. O seu custo, em Lisboa, era elevado: parecia-me que uns 900 escudos. Ora, muitos dos nossos companheiros, quando foram embarcados, não tinham recursos financeiros que lhes permitissem tais despesas. Que fazem as autoridades portuguesas? — Emitem uma cédula especial gratuita.

Optima!

Mês passado na acolhedora, maternal cidade, sempre juntos de corpo como de espírito, pouco a pouco nos fomos dispersando, que o exigiam as contingências da vida. E também a tirania da morte: Alvaro de Carvalho, Haroldo Pacheco e Silva... Desgarro-me, temporariamente do rebanho. Agora... agora, neste roteiro, sou eu apenas, Paris!

Maio de 1933. A primavera pa-

riense é toda um vôo alvo de filô, no véu das “premières comunitantes”, que desfilam em bandos pelos passeios; nas caixas de cetim branco que enfeitam as vitrinas das “bombonnières”; nos raminhos de alvo “muguet” que vendem as floristas; nos líquidos vestidos de noiva das quatro fontes de Lali que “posando” no Rond-Point dos Champs Elysées...

Paris! Mas, que adorável paradoxo é o que envolve a velha, sempre encantada e encantadora Lutécia! Nas malhas do seu poder a um tempo dissolvente e absorvente, Paris esconde entretanto o dom de super afinar as sensibilidades. A não ser em Portugal, continuação de nós mesmos, nunca, em parte algum da terra estrangeira, São Paulo me foi mais presente do que em Paris. Neste instante de meditativa rememoração, sinto marcada por três momentos; essa presença de São Paulo em Paris:

— um perfume,  
— uma toada,  
— uma canção.

O PERFUME: — Vou, na manhã já estival, caminhando, distraído, pela Rue Boissière. Subitamente, passa por mim, insinuante e inconfundível, o perfume de São Paulo: aquele cheiro quente, feito de terra e sol, que é o cheiro do café torrado. Aspiro-o com o coração aos saltos, os sentidos distendidos. E vou farejando como um cão atido, no seu rastro. Vou. Douro uma esquinha. Outra... Entro na Rue Mesnil. E daí que vem o sensorial apêlo. Alguns passos mais: e eis uma pequena e moderna “boutique”, a fachada pintada de verde-claro e prata, com a tabuleta que diz: — “Café des Planteurs de São Paulo”... Entro: 75 centimos a xícara. E foi com um longo beijo de amor nos bordos da porcelana verde que eu sorvi aquela amostra do nosso sangue, do nosso suor e das nossas lágrimas, que é o que ainda insufla o ritmo vital no coração do Brasil.

A TOADA: — Por um entardecer azul-cinzento da Rue du Faubourg Saint Honoré, vou eu flinando, desfolhando à toa os olhos e o pensamento. De repente, um como estranho fluido vara-me, de alto a baixo, num frenético arrepio. Alguém que caminha à minha frente, assobia uma toada marcial. E, automaticamente, marcando por aquele ritmo o meu passo, caminho cantarolando baixinho:

Marcha, Soldado Paulista,  
Marca o teu passo na História!  
Deixa na terra uma pista,  
Deixa um rastinho de glória!

Incrível! “O Passo do Soldado”, o hino de Marcelo Tupinambá, com letra minha, que levava às trincheiras de Cunha o meu Batacão da Liga de Defesa Paulista, ouvido assim em Paris! Oího. Procuo. Descubro. Compreendo. Estugo o passo. Alcanço o asso-baador. Baio-me nas costas. Ele volta-se. Abraçamo-nos. Meu querido Horácio Sabino!

A CANÇÃO: — Em Coimbra, no mes de julho do ano de 1843, o patrono da minha cadeira na Academia Brasileira de Letras — Gonçalves Dias — compoz os mais citados e recitados versos da nossa poesia: a “Canção do Exílio”. Precisamente 90 anos mais tarde, no mes de junho de 1933, exilado em Paris, não de propósito, mas casualmente, por uma noite de tristeza, surpreendi-me dizendo de mim para mim a canção dolente, e continuando-a, sem querer. Assim:

“Minha terra tem palmeiras,  
Onde canta o sabiá!  
As aves que aqui gorjeiam  
Não gorjeiam como lá.

Nosso céu tem mais estrélas,  
Nossas várzeas têm mais  
[flores]  
Nossos bosques têm mais  
[vida;  
Nossa vida mais amores”...

Minha terra tem tudo isso  
E mais do que isso também!  
Mas há uma pequena cousa,  
Existe um pequeno alguém

— Sou eu mesmo, é a minha  
[sombra:  
Um nada, um quase  
[ninguém —  
Que outras terras têm agora  
E a minha terra não tem!”

Longe de São Paulo, longe do meu e dos meus, e, pois, desajustado, “de-paysé”, foram esses coitadinhos os únicos versos que consegui compor no exílio.

Mas... Eis a ordem de retorno a São Paulo. Deixo Paris e embarco em Cherbourg pelo “Ar-lanza”, da Mala Real Inglesa. Ao tocar em Lisboa, entre outros amigos, vem abraçar-me a bordo o diretor de importante agência telegráfica francesa. E, ao despedir-me, diz-me ele:

— Não visitei ainda o Brasil. Peço-me que leve aos seus compatriotas a opinião sincera e desinteressada de um homem que já viveu em quase toa o mundo: nao conneço embaixada mais diplomática, mais digna, mais altamente significativa da nobreza de um povo, ao que essa formada pelos exilados da Revolução Paulista!

Desembarco no Rio, na tarde de 30 de julho de 1933. Dias depois, pelo noturno da Central do Brasil, chego a São Paulo. Gente amiga na plataforma da Estação do Norte. Ao sair, percorrendo toda a composição do trem que me trouxe, ena-me a atenção a locomotiva ainda resfolegante. Elas costumavam ter nomes — as locomotivas — como os navios. Essa chamava-se “Getúlio Vargas”.

Alguém, à saída, atira-me um punhado de flores. E, involuntária e inevitavelmente, meu pensamento faz marcha a ré e detem-se, um instante, naquela estaçãozinha escura da nossa partida para o exílio, onde, evangêlicamente, contra nós pecadores, houve um inocente que atirou a primeira pedra. Ora, hoje, na vigília do XXV aniversário da sua escura façanha e do nosso luminoso feito — “Sursum corda”, meus camaradas! — ergamos e ofereçamos ao anônimo a memória melancólica dos nossos corações agradecidos!

São Paulo, 4 de julho de 1957  
Guilherme de Almeida

**DR. IOSHIFUMI UTIYAMA**  
ADVOGADO  
RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 209  
8.º andar - Sala 802  
Fone: 35-6276 — São Paulo

**ÓTICA**  
**NOVA AMÉRICA**  
**ROCHA & MALHO**  
Ótica e artigos fotográficos  
PRAÇA JOÃO MENDES, 15  
Fone: 33-3088 — São Paulo



# UM POUCO DE UMA POLÍTICA FACULDADE

Luiz Antônio Lucena de Oliveira

A maneira pela qual se abordará o assunto exige uma advertência prévia. Pelo fato de ser o seu objeto de âmbito restrito, não haverá necessidade de um maior aprofundamento teórico, até porque é uma realidade vivida por nós ou ao menos conhecida muito de perto pela maioria não atuante; não obstante, o significado social de seu dinamismo é muito importante, dado que se relacione o movimento político universitário com o todo em que se acha engajado e se encare o momento histórico evolutivo, que condiciona aquele relacionamento. Não sairemos, contudo, do aspecto político-partidário, visto historicamente, quer no seu desenvolvimento recente, quer nas suas perspectivas próximas; por outro lado, esse mais pessoal, convém que o leitor eventual, pertença a qualquer partido desta Escola, esqueça tal condição, e saia, que não desentranhe a Faculdade e seu processo do contexto social, que a compreende, e cuja especificidade sócio-econômica determina um tipo de cultura e de pensamento, que sem esforço verificamos, por vivê-lo e nele atuar.

Dever-se-ia começar pela origem dos partidos, que atualmente militam em nossa política acadêmica, mas para facilidade de compreensão, identifiquemos a sua realidade presente, bem conhecida, em seus aspectos mais fundamentais, e a explicação histórica surgirá fatalmente da análise, que, como se disse, refere-se ao que é mais básico daquela realidade. Essa forma de abordagem não está fora de lógica. Uma coisa ninguém pode negar: os partidos Renovador e Independente são ideologicamente incoerentes e uma prova disso é a existência em ambos de elementos de tendências dispare e contraditórias, englobando, para falar por reação, desde o liberal mais reacionário ou o direitista mais verde até o mais "sanguinário" dos esquerdistas, na "mais estranha das simbioses". Quanto ao terceiro, o Socialista, não é bem isso que se dá. A divisão aí seria entre marxistas e não marxistas, sem saber-se até que ponto o marxismo se infiltra nas hostes partidárias. Aqui cabe uma segunda afirmação: este partido não reúne, organicamente, todos os socialistas porventura existentes entre nós, inclusive estando fora de seus quadros muitos dos melhores pregadores da doutrina; o principal motivo é o fato de sua formação ser recente, de menos de um ano. Outro relevante, sobretudo para os que se integraram em outro partido, é o fato de não ter havido ainda uma radicalização ostensiva da luta ideológica, em termos partidários. Até aqui, fizeram-se observações simples, pouco discutíveis; vamos ver se se pode aprofundar algo mais.

Assim sendo, e não de outra forma, é lícito perguntar o porquê de "as rixas" darem-se mormente entre os primeiros citados, e não de um deles ou de ambos com o terceiro, e é lícito responder que: primeiro, porque o Independente e o Renovador são quantitativamente superiores em relação ao outro, e entre si varia o peso respectivo de período a pe-

ríodo — logo, tendo considerável poder político sensibilizante, há entusiasmo para a luta, na base de choques eleitorais, de caráter mormente administrativo, de esquemas e interesses pessoais, o que se dissimula por programas imediatistas, políticos ou não. Na realidade, ideologicamente, são os que menos deveriam degladiar-se e sob esse ponto de vista a luta é paradoxal. É nessa altura que entra o lado histórico.

## OUTRA ADVERTENCIA E PORQUE É O QUE SE VÊ

Avisamos aos sectaristas e eventuais objetores, de qualquer grupo — reside em nós a máxima preocupação de sermos tão imparciais quanto possível. Só um norte sobrepõe — a apuração da verdade. E quando esta fica em jogo, não há temer os atritos pessoais, que possam advir. Aliás, é lógico que eles vêm mesmo, já que ser verdadeiro não anda lá muito em moda...

O P.A.R. surgiu por volta de 1946-1947, paralelamente ao movimento democrático do pós-guerra (com a queda do nazifascismo) e que então emociou o mundo inteiro, e mais ainda os estudantes. A redemocratização do país teve sua expressão, na Faculdade, no Movimento Acadêmico Renovador, depois transformado em partido. Portanto, em seu nascedouro, forte razão de ser houvera para o aparecimento de um grupo de estudantes, que abraçava, como bandeira suprema de sua vivência posterior, a luta anti-ditatorial. E a mesma razão de origem presidiu o surgimento de partidos de características semelhantes em todo o país. Era sem dúvida uma bandeira muito expressiva, e já em 1948 o P.A.R. colhia sua primeira e esmagadora vitória. Por que sem dúvida, também, seu conteúdo ideológico possuía muito maior vigor que o do agastado P. A. Conservador, hoje desaparecido, e o do P. A. Libertador, remanescente da tão decantada Revolução Constitucionalista de 1932. Bandeira sublime, bandeira de união nacional. O P.A.R., então, nascia muito forte e muito fundamentado, e em vista disso, não era de esperar que tão logo caísse sem prestígio, favorecido pelas condições e o pensamento nacionais prevaletentes.

Assim como ocorre com os grupos de ocorrências da matéria, os grupos sociais têm o seu movimento também regido por leis. Eis uma delas, num enunciado simplista: quando há uma crescente expansão do organismo associativo, e ao reverso, seu motivo social, sua "ratio communitatis" estratificou-se, surge uma tendência natural para a dissensão entre seus membros ou partes de membros, constituindo o que se chama "bloco dissidente", em geral com características emulativas. Pois bem, a razão de origem do P.A.R. aos poucos perdía sentido, posto que se verificou que a redemocratização fôra simplesmente constituição e política e ficou patente aos olhos de todos que os vícios da nação eram devidos menos à ditadura que aos males da infraestrutura sobre a qual ela lançava seus tentáculos absorventes. O conseqüente

inevitável do processo de esvaziamento ideológico é a partição da unidade inicial; é um caso de haver muito soldado para poucas armas. A multipartidarização no quadro político nacional é um sintoma da básica debilidade da idéia comum, quando posta frente a frente com a realidade. E o sucedâneo da idéia comum, na cisão grupal, é o império do interesse pessoal ou de grupos menores. Foi o que ocorreu entre nós: em 1951 o P.A.R. cindiu-se e o bloco dissidente fundou o P.A.I. e, ao "leit-motiv" da união inicial, à idéia-fôrça, sucedeu, em ambos os grupos, a razão mais cômoda do "culto à personalidade", da política meramente em termos pessoais, em suma, do chamado "populismo" político. Na verdade, esse sempre surgiu como um mito, e nessa qualidade exerce um forte fascínio. E mais uma vez palpamos o fenômeno do cesarismo.

Por razões tais, os referidos partidos tomaram, daí por diante, posições políticas ao sabor do momento, de caráter circunstancial, sem uma diretriz geral firmemente traçada e sem objetivos mais relevantes que os da vitória eleitoral, em última análise, a finalidade da política em termos de pessoas ou de grupo.

## UMA NÍTIDA TRANSIÇÃO

Se bem que se não justifique, compreende-se uma atitude assim e o caminho a que ela acaba por levar. A sociedade brasileira, como de resto a ocidental, atravessa uma fase de transição de valores, em que do seio das instituições antigas decadentes nasce o germe criador das novas verdades históricas, mais coerentes com as transmutações sociais, às vezes, bruscas, mas que, características do processo humano, convulsionam a maneira de viver e de pensar. E tais fatos não podem deixar de refletirem-se nos ambientes universitários. O que ocorre entre nós é, na realidade, um fenômeno universitário nacional, parte do fenômeno geral do mundo. Permitidas que foram essas generalizações, voltamos aos nossos partidos e à política que fazem, o que nos colocará bem mais à vontade. Agora estamos bem próximos do presente, estamos lá pelo início de 1961.

O aparecimento do P.A.S. na cena política da Faculdade é efeito daquela transição, em dois sentidos. Primeiro, porque a ideologia que, presuntivamente ao menos, prega, é uma que tenta se afirma vigorosa no mundo contemporâneo, na qualidade específica de representativa dos anseios da classe trabalhadora; é nova e revolucionária, portanto, e conceptualiza a força motriz da transição e transformação sociais; é uma nova maneira de ver as coisas e interpretar o seu conteúdo. Segundo, porque paralelamente ao que ocorre no quadro nacional mais amplo, a progressiva radicalização da luta ideológica exige, e continuará a exigir cada vez mais, maior organicidade ao movimento esquerdista, para que possa enfrentar a celestidade da evolução histórica presente; entre nós, alguns pressentiram que a melhor forma de reunir as forças estudantis era um partido acadêmico, como os demais, que englobasse e desse orientação aos movimentos e fren-

tes esparsos, que até então confinavam a sua ação. Pouco importa discutir a autenticidade dos que fizeram isso; o que interessa é o conteúdo do que fizeram, o sentido do fato ocorrido. Curioso notar que o movimento desenvolveu-se no âmbito do partido que poderia, pelos antecedentes históricos, ser considerado o mais reacionário de todos. Pilheriando seriamente, confirma-se a regra de que toda coisa se transforma na sua contrária.

## O QUE PODERÁ VIR A SER

Dadas certas linhas gerais pelo que comumente acontece, é possível dizer algo sobre o panorama próximo futuro da política acadêmica e seus partidos.

Pode-se dizer que estamos num processo de "universalização" da política universitária, o que quer dizer, o reencontro dela consigo mesma em termos históricos. O período de transição que atravessa leva-a, fatalmente, do nível do interesse próprio (que não é, na realidade, seu interesse, senão o de uma elite dominante) ao nível do interesse coletivo e do movimento popular. Em verdade, o movimento estudantil não tendo, socialmente, autonomia histórica, remerge-se no coletivo amplo da classe oprimida, de que por várias razões se desligara após o retorno democrático. E só nesse sentido doravante se compreende. E nesse sentido verifica-se nacionalmente o fenômeno de transição, mormente em Recife, Porto Alegre, Bahia, etc., e menos em São Paulo onde a maior convergência industrial fortaleceu o amoldamento espiritual no interesse dessa convergência.

Entre nós, pode assim ser resumido o que, provavelmente e de modo ostensivo exemplificativo do processo, deverá dar-se: na medida em que o P.A.S. formule uma atuação política informada por princípios nacionalistas, haverá uma natural reação, de início mais certamente em termos não partidários; no movimento de ação e reação, de fluxo e refluxo, despojará uma polarização das forças antagônicas, que engendra a luta política e ideológica. Sendo viável que nessa ação, e por causa dela, fortalecesse-se, organicamente e paulatinamente, o P.A.S., se não desmentir seus princípios, será provável que a reação que se lhe oponha tome a forma partidária, quer nos partidos já existentes, quer em qualquer outro porventura criado. Quanto ao P.A.R. e o P.A.I. adotará por certo uma linha nacionalista. Os interesses dominantes deturparam tanto o conceito de nacionalismo, que se deve fugir dele sempre que se possa. Mas, no anelo pela sua sobrevivência, precisarão praticar um nacionalismo conseqüente, na qualidade de meio para uma finalidade histórica, e para tanto não de demandar princípios igualmente revolucionários. Se não fôr errada a previsão acima, ou "abrirão à esquerda", e então instaurar-se-á um curso aproximativo dos três partidos, o que é o ideal para o movimento estudantil, ou a reação centro-democrática tomará as rédeas de um deles ou ambos, e tenderão a se robustecerem momentaneamente, para logo entrarem em decomposição histórica. Esse "logo", sem embargo, deve ser entendido historicamente, e não em termos de uma geração acadêmica.

Releve-nos o leitor se ficarem feridas suscetibilidades partidárias. Mas a vida é isso mesmo, e compreendem-se reações emocionais que por certo estarão ocorrendo, pois, como diria Nosso velho e caro Machado não há vinho que embriague mais que a verdade. A ausência de sectarismo que reside em nós, porém, consideramos aberto o debate.

## INDICADOR PROFISSIONAL

<p><b>ALVARO SILVA</b> ADVOGADO * Rua Riachuelo, 44 - 5.º - S/54 Fone: 32-3011</p>	<p><b>ALMIRO LEAL COSTA</b> ADVOGADO * R. Benjamin Constant, 77 - 3.º Fone: 35-7791</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>MILTON CASTRO FERREIRA</b> ADVOGADO * Rua Cons. Crispiniano, 53 8.º andar - Conjunto 81 Fones: 35-1375 - 36-2616</p>	<p><b>LAIR HOEPPNER DUTRA</b> ADVOGADO * R. Barão de Itapetininga, 221 6.º and. - S/605 - Fone: 35-7007</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>JULIO TINTON</b> ADVOGADO * Rua Cons. Crispiano, 20 - 7.º Fone: 36-2654</p>	<p><b>LUCIANO DA SILVA CASEIRO</b> ADVOGADO * Av. da Liberdade, 21 - 5.º and. Salas 511/12 - Fone: 35-6786</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>OSCAR DE ANDRADA COELHO</b> <b>LUIZ CARLOS GALVÃO BUENO</b> ADVOGADO * Rua Líbero Badaró, 443 - 2.º Fone: 32-0804</p>	<p><b>ROBERTO SALLES CUNHA</b> ADVOGADO * R. Quirino de Andrade, 219-6.º Conj. 64 - Fone: 36-8685</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>EDMUNDO DANTES NASCIMENTO</b> ADVOGADO * RUA MARIA PAULA, 122 6.º andar - Conj. 606 Fone: 36-4216</p>	<p><b>HENRY C. AIDAR</b> ADVOGADO * PRAÇA DA SÉ, 399 6.º andar - Salas 601/2 Fone: 33-4698</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>BERNARDINO N. BARROS</b> ADVOGADO * Rua Santa Efigênia, 89 - 7.º Fone: 36-0477</p>	<p>José Mesa Campos Filho Renato Marques Silveira Antonio Brás Cardoso José Luiz Silveira ADVOGADOS * RUA BOA VISTA, 314 8.º andar - Conj. "G" Fones: 35-3623, 32-4514 e 32-9613</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>MILTON MORAES LEME</b> ADVOGADO * Rua Quintino Bocaiuva, 176 Salas 405/7 - Fone: 35-5392</p>	<p><b>Marcello Augusto Pereira de Queirós</b> ADVOGADO * RUA ANITA GARIBALDI, 45 9.º andar - Sala 910 Fones: 32-8500 e 33-3473</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>EMILIO FARHAT</b> ADVOGADO * Rua 15 de Novembro, 184 - 9.º Fones: 33-3747 - 33-4450 e 33-4451</p>	<p><b>JARBAS DOS SANTOS NOBRE</b> ADVOGADO * R. Boa Vista, 51 - 2.º - S/ 201/2 Fones: 33-7837 e 37-7854</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>FABIO BOHN CALDEIRA</b> ADVOGADO * R. B. de Itapetininga, 273 - 8.º Sal a8 - Fone: 32-5379</p>	<p><b>ASTROGILDO CRAVINHOS</b> ADVOGADO * Praça da Sé, 371 - 3.º andar Salas 313/15 - Tel.: 33-6980</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>JOÃO SOARES</b> ADVOGADO * Rua José Bonifácio, 209 - 11.º Fones: 36-3013 e 32-6099</p>	<p><b>ANIS AIDAR</b> ADVOGADO * RUA WENCESLAU BRÁS, 16 7.º andar - Conj. 73 Fone: 32-6422</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

GREVE É UM SACRIFÍCIO EM PROL  
DA POSTERIDADE

# 12 Parágrafos Gratuitos Sobre Cenografia

## AS BASES DE UMA PERSONALIDADE HUMANA DIGNA

Para o gáudio de muitos, evidentemente, nós, estudantes de direito, não nos interessamos por arquitetura habitação, bem estar social, assim como por teatro e também por cenografia, apenas quando temos que encaminhar processos entre locador e locatário e eventuais problemas de "meia-parede", mas principalmente quando buscamos na arte alguns momentos de deleite, entusiasmo e aperfeiçoamento cultural e social. Ciro del Nero nos é particularmente íntimo, primeiro porque sabemos nele o grande expositor de Tressalônica (Grécia), tutgart (Alemanha), Paris no plano internacional. No plano nacional é ele o grande pintor de inúmeras "vernissages", o diretor de arte de inúmeras firmas, mas o que nos fala mais de perto é aquele Ciro, robusto e satisfeito, humano e afável, ocupadíssimo mas não menos atencioso com essa "sarna", os estudantes. Ciro é desses terríveis ganhadores de prêmios, que quanto mais premiados, mais simples e humanos se tornam. A ele devemos estes maravilhosos trabalhos: "Leonor de Mendonça", "Pagador de Promessas", "Escada" e essa obra prima de cenografia que foi o cenário de "A Semente". Suas são as capas dos livros: "Eu sou Pelé", "Quarto de Despejo".

Vários motivos então, nos tornam íntima esta grande figura humana que é Ciro — uma dela, a mais memorável, o debate que fizemos em torno de "Quarto de Despejo" e estes belíssimos "Doze Parágrafos Gratuitos Sobre Cenografia".

O que um cenário não é, seria mais fácil dizer. Cenário não é o biombo, a "chinesische wand" da Commedia dell'Arte, paralela ao rosto do espectador, um plano para perfis e mínima. Mesmo o biombo de Arleuquin carregava em sua pintura um trompe l'oeil de perspectivas urbanas e ilustres figuras que durante o espetáculo todo não se moviam, como máscaras num instantâneo fotográfico.

O cenário hoje aspira e expira dentro de uma caixa teatral que não mais pode contê-lo. Para extravasar essas molduras anacrônicas, essas coxias falsas e estreitas, um azul celeste de bambolinas e o infinito limitado a uma arquitetura que não é a do próprio espetáculo, o cenário precisa inventar uma arquitetura maior que aquela.

E se transforma numa palma da ação: O cenário é o leito arquitetônico de liturgias. A liturgia que deve interessar ao cenógrafo

## O D. F. E A MULHER

Se dissermos alguma coisa sobre a mulher estaremos ao mesmo tempo sintetizando a existência, a atividade, o desenvolvimento e a finalidade do departamento feminino do C. A. XI de Agosto.

De início, a infiltração da mulher na Academia. Seus anseios, suas lutas, seus fracassos, mas, também sua vontade férrea e inabalável de vencer.

A mulher galga então os primeiros degraus que a conduzirão a um bem que ela tanto almeja e que não medira esforços e sacrifícios para alcançá-lo.

Seus primeiros passos são vacilantes, mas ela não se deixa abater e continua caminhando de cabeça sempre erigida e com um leve sorriso aflorando-lhe os lábios.

Mas ela não pode continuar caminhando assim, só e esquecida. Então sente a necessidade de algo mais. Sente a necessidade de falar aos outros; de dizer o que

ela pensa e de mostrar que também ela é capaz de fazer alguma coisa em favor de alguém ou de algo.

A presença feminina faz-se sentir então em todos os setores da vida acadêmica.

Em consequência, a participação da mulher — da mulher no meio universitário. Da mulher — que por seu instinto sente necessidade de dar sempre e dar com ambas as mãos sem visar recompensas ou favores. Daquela que batalha por amor e apego a um ideal, mas que está isenta de paixões que possam perverter seus sentimentos de solidariedade e de justiça.

Grande foi o número de mulheres, muitas delas notáveis, que passaram por esta faculdade. Inúmeras são as que hoje ocupam seus bancos. Amanhã outras virão e depois muitas outras ainda.

Uma cadeia porém liga-nos às nossas antecessoras e às nossas futuras colegas: o anseio de vencer sempre; de elevar bem alto a dignidade da mulher; de fazer ouvir sua voz e de fazer sentir sua presença.

As mulheres do passado, o nosso muito obrigado e o nosso reconhecimento e gratidão pela estrada que nos descortinaram.

As colegas que hoje batalham conosco, uma mensagem de fé e de confiança em nosso poder de realização e em nossa capacidade de trabalho.

Aquelas que virão, diremos apenas isto: à Academia de São Francisco. Entrem, pois aqui a mulher já tem seu lugar.

Lyrta M. Chiepetta

é aquela entre personagens e local da ação. A decoração dos locais, as marcas da trama, a textura das paixões, os céus de Pedra, as alfaias de Heda Gabler não importam tanto, quanto a concepção do espetáculo que diretor e cenógrafo nos primeiros dias da criação aspiram. Naturalismos, verismos, não importam à ação.

É de uma concepção de espetáculo de uma intuição e perquirição metódicas da gente do espetáculo e das personagens, que a arquitetura nasce do chão do palco. E então que se decide o crescimento dos planos para cima da medida do corpo humano ou para a distancia perspectiva.

Tudo o que não se curva perante a ação precisa ser eliminado, tudo o que não acentua a ação é inútil, e muito errado estará quem procurar num detalhe do cenário o virtuoso decorador. Se a estesia de uma côfe, ou o luxo de seda e ouro, voverem por si mesmas ou fôrem ênfase à parte da ação não houve cenário, apesar de mais um palco ter sido decorado. As garçonieres e os budoirs não interessam sinão como planta de uma ação e invenção sobre a ação. Mesmo o luxo e a elegância só terão valor se sob o pulso de alguém que sabe por que e inventa com.

Mas de preferência a força da omissão. O século dezenove e os cenários que acontecem nele me desgostam particularmente, porque a decoração ou o compromisso da decoração, nêles, me parece desfiada para se criar algo.

A semente foi a mis-en-place amparada por sólidos que a revelavam.

Cenário construído num palco convencional e pequeno pertencia ao texto e se multiplicava para ele. Além de querer ser um ensaio em "sécure", uma força por omissão de detalhes, "a challenge" para a invenção do espectador, destinava-se a um espetáculo típico para um Freilichttheater.

O que pudemos fazer foi tratar a altura do chão urbanisticamente e somente interferir com decoração quando a ação necessitasse de um denominador geográfico Brasil, São Paulo, Moóca.

A semente foi sobretudo uma necessidade de nova arquitetura teatral.

Os espetáculos europeus no ar livre, principalmente os "Freilicht" alemães como o Goetz von Berlichingen de Goethe à porta de castelos medievais não é a medida que eu pediria para uma nova caixa de teatro, mas se aproxima. A medida das paredes superando a figura humana, uma espécie de gigantearquitetura se aproxima àquela arquitetura especial para cada espetáculo que Normam Bel Geddes pedia no princípio de sua carreira como cenógrafo. A construção de um teatro para cada espetáculo. Porque, se me agrada muito a idéia de construir um cenário no teatro Municipal de São Paulo, é somente porque terei "mais espaço". Mas porque não ter "o" espaço ideal para cada texto?

As maquetes de Normam Bel Geddes para a Divina Comedia não são realizáveis na maioria dos grandes teatros do mundo porque pediram um poço no palco de aproximadamente dez metros de profundidade. O que dá uma idéia do que seria necessário fazer quando se construisse um teatro novo, e das imensas necessidades da cenografia.

A idéia de teatro dos arquitetos leigos em cenografia e que entretanto desenham palcos, é aquela da "chinesische wand" da Comedia dell'Arte. É a coisa mais comum encontram-sehoje, paredes de concreto sobre, sob e atrás de palco.

# O Brasil e as Novas Nações Africanas

Últimamente, um vento de liberdade varre a África. As antigas colônias de nações europeias levantam-se, exigindo a independência, que lhes permita ocupar um lugar na comunidade das nações. Países, que durante dezenas de anos, foram explorados pelos seus dominadores, sob o pretexto de civilizá-los, pedem agora que lhes seja concedida a carta de alforria. Se é verdade que algum progresso foi trazido pelos colonizadores, com a construção de escolas, hospitais, estradas forçosamente teremos que reconhecer, que, em contraposição, eles carregaram para seus tesouros nacionais, quantias que teriam permitido a realização de um número bem maior de benefícios.

O mal dos povos colonizados, é não saber quando conceder "maioridade" aos povos por eles dominados. Assim como um pai não pode se opôr a que seu filho se emancipe ao atingir a idade prevista em lei, uma nação deve compreender que, em determinado momento, o território por eles dominado atinge a maturidade econômica e social, para os nossos produtos, pois se por si mesmo. Exemplo re-

cente podemos observar na Argélia, que só agora viu reconhecidos seus anseios de liberdade depois de uma guerra de anos. E, que dizer de Portugal, nossa pátria irmã, que em pleno século XX, se obstina a manter em suas colônias um regime retrógado e cruel, dignidade humana, imposto pela força, como se a força conseguisse, por muito tempo, sopitar o desejo de liberdade, que assoma, irresistível, nas colônias africanas.

Novos nomes africanos começaram a ser colocados sobre as bancadas da ONU ou a surgir no noticiário internacional: Gâmbia, Gana, Gabão, Daomé, Tunísia, Somalia, Madagáscar, Senegal, etc. Toda uma série e que, de repente, surgiram aos olhos do mundo, em violenta explosão.

Qual deve ser a posição do Brasil em relação a estas novas nações? Está claro que devemos reconhecê-las diplomaticamente e procurar ajudá-las no que nos for possível, estabelecendo laços de amizade e fraternidade com elas. Esta posição nos permitirá a conquista de novos mercados para os nossos produtos, pois podemos exportar facilmente

A despeito do engano e ignorância histórica (por vèzes tendências) de tôdas as afirmações contrárias, somente a partir do esmaecer-se do século passado, com o surgimento das ciências tipicamente humanas (sociologia, psicologia economia etc...) as filosofias a-religiosas "descobriram" o homem, quando este sempre constituiu, na sua natureza íntima e na sua dignidade como pessoa, o centro dos primordiais estudos por parte das concepções integrais de pensamento. Tais concepções (mesmo no paganismo do ocidente e oriente), as de consciência, em tempo algum deixaram de encarar e reconhecer uma realidade da problemática humana: a religiosidade.

Quem se perquiriram as idades pre-históricas dos tempos imemoriais, quer nos dirijamos às populações indígenas de cultura rudimentar, superstitas na atualidade, uma propensão comum se destaca, inata, espontânea, que nos autoriza a timbrar de "natural". De conseguinte, sistemas de idéias que se afastem de tal formulação se afigurem como estritamente artificiais e destituídos de profundidade realment científica no que respeita à pesquisa sociológica da essência humana.

O homem que pretenda ignorar as relações causais decorrentes, entre o "NOUS" primeiro e o "COSMOS" resultante, e ensaie seu desenvolvimento alienando-se da realidade teológica, pensará, sentirá e agirá sempre como um mutilado.

Todavia o puro e simples reconhecimento de Deus não soluciona problema algum, assim como um simples enunciado de um fenômeno químico não transformará por si só qualquer substância!

Se faz mister solucionar na prática as crises e problemas humanos, cada um de per si e em conjunto, à luz dos imutáveis princípios da essência humana.

O homem de tôdas as épocas, mas talvez com mais propriedade o dos nossos dias teima em contrariar a nota que caracteriza a espécie, qual seja a facilidade de raciocinar. Naturalmente não chegaremos a afirmar que não se use mais a razão. É obvio. Todavia a capacidade de raciocinar a que nos referimos, é exatamente aquela acima de questionadas de

objetivo imediato e que realiza o mais alto grau de racionalidade que é a coerência. O indivíduo humano analisando e aceitando princípios condizentes com sua integral natureza, pauta a sua vida, em todos os pormenores, segundo aquilo que acredita como verdadeiro.

Se o ser humano existe e tende à realização de um fim específico, urge que se conheça claramente a tendência vital com que surgiu no reino cosmológico, pois a necessidade de uma coerência para a realização dessa finalidade se há de impor!

Exatamente o embotamento dessa capacidade especulativa do homem (divorciado de seu fim último) é que caracteriza nossos contemporâneos.

Conhecendo bem os problemas tanto na extensão quanto em profundidade dentro do contexto geral do fim a atingir, os juízos de valor serão os mais perfeitos possíveis e o elemento homem caminhará para sua realização mais completa. Aliás, chegamos naturalmente a uma conclusão de felicidade humana que outra coisa não é senão um máximo de paz e tranquilidade consigo mesmo, e no meio social pela racional disposição dos meios ao fim, dentro de um critério teocêntrico.

Cristo realizou nos 33 anos de vida tudo a que se propôs no seio do Pai. E como nos extasia a firmeza máscula de sua linha de vida, a coerência perfeita de seus atos e doutrina!

Dúvida alguma paira sobre o perfil de sua personalidade e o modelo perfeito entrou na História.

Em decorrência, o cristão que se louva de tal nome, espelhará o mais perfeitamente possível o Mestre, ressaltando-se uma diferença: Cristo realizou sua finalidade neste mundo de maneira perfeita, pois era Deus e Homem. O Cristão realizará a perfeição dentro da potencialidade de seu ser, que em si mesmo inclui a imperfeição da contingência. Daí o sentido "natural", (não "justificável", que já é outro aspecto) das falhas no seu progresso. Os erros são atos frustrados de seu objetivo, como que passos fora do caminho, caminho que é coerência, coerência que é roteiro para a realização plena do elemento racional vivente.

Geraldo Magela de Oliveira

## COMISSÁRIA DE DESPACHOS

### "ITÁPOLIS"



Rua Libero Badaró N.º 94 - 5.º andar

Telefones: 32-1803 - 32-5849 e 33-1615

SÃO PAULO



Praca Teles N.º 15 - Conj. 91/92

Telefones: 2-2148 - 2-2149 e 2-2140

SANTOS

GREVE

GREVE

GREVE

FERES  
SABINO

# O XI DE AGOSTO

E. 62

JULHO DE 1962

Num. 2

## Ratificada a Greve

Por convocação do Presidente do Centro, realizou-se no dia 30 pp. uma Assembléia Geral na qual foram, de início, dados esclarecimentos vários sobre o andamento do atual movimento grevista, iniciado no dia 22 de maio.

Após o Presidente falou o colega do 5º ano, Joaquim Soares da Silva, em nome das Comissões indicadas por Léo Pastori para travar um contacto com todos os professores da Congregação. Entre outras coisas, disse o colega:

1 — Contactos com os Professores foram travados, nos quais se colheram a opinião dos mesmos sobre a crise de Direito Romano, bem como o da participação de 1/3;

2 — No dia 5 de julho realizou-se uma reunião entre vários professores, a Diretoria do Centro e as Comissões, na qual foram aventadas hipóteses que resolveriam o problema;

Por fim, ainda em nome das Comissões, apresentou um projeto de solução do impasse pelo qual se suspenderia a greve em virtude da possibilidade da criação do CURSO EQUIPARADO, com base no art. 72, III, dos Estatutos da U. S. P. e nos dispositivos constantes da Lei 3023, que rege a nossa Faculdade.

NOTA: — Quanto à criação do CURSO EQUIPARADO, nenhuma garantia foi dada pelos professores.

Neste momento foi dada a palavra aos oradores inscritos. Requerido o fim das discussões, foi o pedido aprovado pela Assembléia e leram-se as seguintes propostas sobre a mesa:

a) Proposta principal — apresentada pela mesa — tecia uma série de "Considerandos" para propor:

1 — Continuação da Greve e convocação de nova Assembléia para o dia 16 de Agosto, ocasião em que o Sr. Governador já terá julgado o recurso de Direito Romano e o Conselho de Ministros decidido sobre o problema de 1/3;

2 — Representar ao Governo do Estado, caso não sejam fornecidas as informações requeridas à direção da Faculdade, pedindo ainda seja designada Comissão de Inquérito para investigar a procedência:

a) de anotações feitas no livro de chamada pelo Pr. Alexandre Correia em palavras de baixo calão;

b) da carta divulgada, do Pr. Alexandre Correia (pai) ao Pr. Antonio Luiz da Gama e Silva, indicando lista de professores para examinar seu filho;

c) da incompatibilidade reinante entre o Pr. Alexandre Correia e a esmagadora maioria do corpo docente;

3 — Solicitar do Pr. Carvalho Pinto que decida sobre o recurso de nulidade com a possível urgência, pois, de sua atitude, depende seja julgada a crise em que se encontra nossa Escola;

4 — Encarecer, ainda ao Governo do Estado, a necessidade não só de decretar a nulidade do concurso, mas, ainda, de afastar o Pr. Alexandre Correia, exonerando-o da Livre-Docência;

5 — Encarecer aos Mestres que se opuseram à farsa do Concurso de Romano, bem como aos que evidenciaram sua repulsa às mazelas que vêm sendo denunciadas, a necessidade da realização urgente de novo concurso de Romano que venha restabelecer a dignidade das Arcadas, tão duramente ofendida;

6 — Constituição, pelo Presidente do C. A., uma Comissão de 3 membros para pôr em prática, de comum acordo com a Diretoria, essas decisões.

b) Adendo à proposta principal — apresentada pelos colegas Flávio Markman, Rui P. Martins, Michel Temer Lulia, João Mafei e outros: — mudar totalmente a orientação da greve, isto é, passar de uma "greve passiva" para uma "greve ativa", convocando já uma Assembléia para o dia 31, às 10 horas, após a qual realizarse-á uma "Marcha até o Palácio", com faixas e cartazes alusivos ao caso.

c) Proposta do colega Luiz Carlos Azevedo: após 2 "Considerandos", propunha re-exame da questão para que fosse suspensa a greve, retornando-se às aulas no dia 1º de Agosto.

Colocada em discussão a proposta principal, falaram a seu favor Francisco Ramalho e José Carlos Dias e contra Keyler de Carvalho Rocha e Alfredo Augusto Rabelo. Posta em votação a matéria, venceu a proposta principal e respectivo adendo.

Assim, o "XI" CONTINUARÁ EM GREVE.

### ESCLARECENDO

Afirmou-se na Assembléia do dia 30 pp. que a greve deve mudar de orientação, passando de "uma greve passiva para uma greve ativa". Ora, tendo em vista não só o esforço da Diretoria, mas, sobretudo, tendo em vista o respeito à enorme dedicação de um grande número de colegas de todos os anos, e de todas as facções políticas desta Escola, cumpre a esta Diretoria o dever de esclarecer que não se pode aceitar, sob propósito algum, a referida alegação, e, para demonstrar isso basta recordar que:

1 — Foram publicados nada menos que 11 "Boletim da Greve";

2 — O "XI" se fez representar em quase todas as Assembléias Gerais realizadas em São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto para decidir apoio à nossa greve;

3 — Foram montadas no Largo duas baracas, numa das quais se instalou um serviço de alto-falante que funcionou durante quase todo o primeiro semestre;

4 — Várias Comissões travaram toda sorte de contactos possíveis com as autoridades do Estado;

5 — Todos os membros de nossa Congregação foram consultados sobre as possíveis soluções para a crise, tendo havido, inclusive, uma reunião entre alunos e professores;

6 — O movimento grevista teve total cobertura da imprensa, graças ao trabalho eficiente de um grupo disto encarregado; entrevistas diversas foram dadas aos rádios, jornais e televisões;

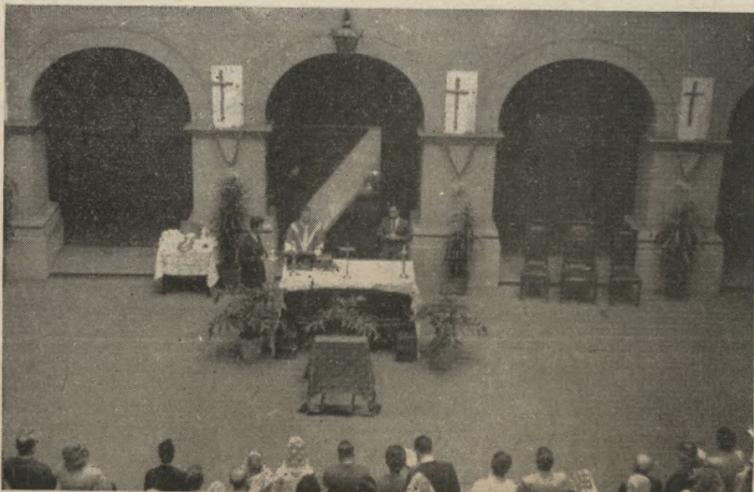
7 — Divulgação de um trabalho sobre "Reforma Universitária".

Não é verdade, pois, que a greve até agora foi "passiva"; foi, isto sim, pacífica, sem deixar de ser dinâmica.

São Paulo, 1-8-1962  
Waldemar Alves dos Santos

Revivendo uma tradição há 12 anos esquecida, graças aos esforços dos juicistas, realizou-se domingo passado às 9 horas, a comunhão pascal no Pátio da Faculdade de Direito São Francisco. Oficiou a missa, S. Excia. D. Jorge Marcos de Oliveira, bispo de Santo André. Compareceram entre várias personalidades o Diretor da Faculdade, Dr. Luís Antonio de Gama e Silva e senhora, vários professores e membros da Diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto. Não obstante o movimento grevista deflagrado, e a consequente dificuldade de propaganda afluência foi grande, estando presentes no pátio, umas 400 pessoas. Concorreram para o brilhantismo da celebração pascal o Coral XI de Agosto, e a Banda da Fôrça Pública.

Após a missão, o Bispo proferiu interessante palestra, à qual se seguiu um pequeno lanche oferecido a todos os presentes.



PÁSCOA NAS ARCADAS

Greve! Greve! Greve! e Greve!

Parece-nos como sintoma de alta consciência política — e daí a inquietação, e daí a rebeldia, e daí a reivindicação — a onda grevista que encobre os estudantes de São Paulo, sejam eles de Medicina ou de Direito, ou de qualquer outra Faculdade, já que se ainda inexistente a decisão categórica generalizada, há ao menos a preambular advertência: greve simbólica.

O estudante não é um corpo isolado. Não deve e não fica distante dos reflexos perniciosos das insuficiências maiores. Ao inverso, é ele, juntamente com os operários, o que denuncia os maiores erros e as terríveis omissões, que se constituem a pouco e pouco num acervo escandaloso de absurdos, a prejudicar a integral formação do jovem, e a dificultar, ainda mais, a vida do operário sem ensino, sem amparo, sem segurança e sem nada. O estudante e o operário simbolizam a instabilidade da estrutura, quando esta se encontra realmente instável; são nervosos quando nervosos urge que sejam. E se não param nunca de falar e falar é porque há um quadro impondo o serviço sem hora marcada, que a construção do amanhã sugere. Quantos não gostariam de se aprofundar no estudo do Direito, tendo a par dessa disposição conhecimento pleno de nossa realidade? Dessa realidade tipicamente brasileira. Dessa realidade rica de tudo. Até de coração e de alma e de gênio e de coragem e de esforço. Que falta nesse contexto eterna-promessa?

O Estado é um Estado fraco. E as exigências da época determinam que seja ele forte. Mas nunca totalitário e despótico. Necessita de estar presente. E favorecer uma planificação geral. Uma "planificação para a liberdade". Que não vai propriamente contra ninguém, pois está a favor de todos. Um Estado que possibilite (e não só isso), a democratização do ensino, para que o elemento humano que o constitui não seja ignorante, analfabeto e apátrida de educação.

O problema do Brasil não é de educação, na voz do estudante, ou simplesmente de fome provisória, na rebeldia do operário. Engloba tudo. E nesse tudo relacionado com tudo é que se invoca o menino pobre da casa pobre, que frequenta o Grupo majestoso e rico de um rico plano de ação. E que depois do período escolar (que é menos que o mínimo) volta a assistir na casinha miserável, à briga entre os pais, que trazem do trabalho, como irônico prêmio, só tensões e ressentimentos e ainda a permanente ausência de recursos.

A greve não deve ser nunca sufocada: Pior! gera mais e mais greves. A greve não pode ser remediada, porque assim seu germe não morre, nem se lhe neutraliza por longo tempo. O germe da greve é manhoso e é sutil: aguarda condições para manifestar-se. E sua manifestação será tanto mais genérica e absoluta quanto absolutas e genéricas forem as condições que o impelem. Ontem, a greve de Santos colocou em apreensão as elites insensíveis. Uma percentagem de aumento no salário é suficiente para reintegrá-las na calma precedente, e na ignorância teimosa. Com simples aumento já potencialmente constrói-se — não uma nem duas — mil greves, já que a causalção viciosa não merece de ninguém o cuidado e o zelo que a lei da racionalidade nunca deixa de indicar.

Greve de estudante ou greve de operário ou qualquer outra greve, com todo seu suposto barulho, com todo estardalhaço, com toda gritaria, por paradoxal que seja, deve servir de motivo para a meditação breve e ação imediata. Devemos matar o germe da greve. Não a sua inofensiva e sempre provisória manifestação.

São Paulo, 21-5-62.

## CESSA A GREVE...

(conclusão da 1a. pág.)

conforme consta aos documentos de fls. 58, tendo sido apresentado como motivo novo de nulidade a falta de "quorum" legal de 2/3 de professores catedráticos efetivos, em exercício, com direito a voto para o julgamento do parecer da Comissão Examinadora.

5) Não se negou o desvio de formalismo na realização do concurso para o provimento da cátedra de Direito Romano, concluindo-se, no Conselho Universitário pelo desprovimento do recurso, interposto pelo candidato classificado em 2.º lugar, porque não se apuraram prejuízos concretos decorrentes desse desvio. A conclusão, porém, não merece beneplácito. O prejuízo existiu realmente. Ninguém poderá negar que a limitação de arguição em favor de um candidato, enquanto que, em relação aos outros, o tempo dessa arguição foi ilimitado, tenha criado vantagem àquele em detrimento destes. E essa revelação de suma gravidade, está na declaração do professor Pinto Antunes ao negar o seu voto ao parecer da Comissão Examinadora e nos pareceres dos professores A. Cesarino Júnior e Basileu Garcia a fls. 64/77 do processo 14/1961.

6) Além disso, e colocando-se à margem, sem maiores comentários, a grave denúncia que se extrai da carta em *jac-simile* a fls. 58, a questão da falta de "quorum" para a aprovação do parecer da banca examinadora, bastaria para justificar o acolhimento do recurso. No concurso que se fez para o preenchimento da cátedra de Direito Romano não houve possibilidade de rejeição do parecer da Comissão Julgadora. Os membros efetivos da Congregação da Faculdade de Direito, em exercício, eram 21, mas deles somente 8 poderiam votar o parecer por serem os únicos que satisfaziam a exigência da letra "o" do artigo 68, da Lei 3023/37 e todos votaram pela sua rejeição. Não se havia de computar os que não assistiram às provas, os ausentes à reunião e os que participaram da Comissão Examinadora, pois estes, legalmente, não podiam ter parte na votação. Favoráveis à aprovação do parecer somente haviam de ser considerados os catedráticos em condições de votar e deixaram de exercer o seu direito, abrindo mão dele. Se não era possível reunir o número legal de 14 para a rejeição do parecer, pois apenas 8 tinham as condições legais de votá-los e votando-o rejeitaram-no, a conclusão que se impõe é a da decretação da nulidade do concurso, também por este motivo. A fim de que outro se realize com observância estrita das formalidades legais dou provimento ao recurso.

### VAI RECORRER

O sr. Alexandre Augusto de Castro Correia, primeiro colocado no concurso que vem de ser anulado, declarou que recorrerá para o Tribunal de Justiça, da decisão do governador.

### BOLETINS DA GREVE

Foram publicados até agora dez boletins da greve, possibilitando aos colegas mantermos-se bem informados num momento em que boatos têm tanta facilidade para divulgação. Aproveitamos ver nosso irmão de imprensa desincumbir-se tão bem de seu encargo.

Parabéns ao Lauro e Bianco. VISITA AO DPTO. JURÍDICO. No dia 10 de abril p.p., nosso Departamento Jurídico recebeu a honrosa visita do Sr. Dr. Professor Hildefonso Marques, ilustre Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Em sua companhia encontrava-se o acadêmico Oto Luiz Sponholz, orador do Centro Acadêmico "Hugo Simas" pertencente à mesma Faculdade.

Teve esta visita caráter de estudo e observação, pois, é idéia de nossos irmãos paranaenses, colocar em funcionamento um Departamento nos moldes deste.

### RESTAURANTE

O processo de melhoria das refeições prometido e esperado está se concretizando para satisfação de todos. A consequência é que enquanto os outros engordam o Miguelson emagrece... de trabalho.